



ibam
instituto brasileiro de
administração municipal

Atividades 2014

Relatório de Atividades | 2014

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2015

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Rua Buenos Aires, 19 – Centro
20070-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2014. Rio de Janeiro, 2015

68p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2014.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

Edson de Oliveira Nunes (presidente)

Edgar Flexa Ribeiro

Edvaldo Pereira de Brito

João Pessoa de Albuquerque

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Paulo Alcântara Gomes

Tito Bruno Bandeira Ryff

Conselho Fiscal

Aguinaldo Helcio Guimarães

Paulo Reis Vieira

Raymundo Tarcísio Delgado

Roberto Guimarães Boclin

Willian Alberto de Aquino Pereira

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Aguinaldo Helcio Guimarães, Aluizio Loureiro Pinto,
Anna Maria Medeiros Peliano, Antonio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira,
Celio de Oliveira Borja, Cesar de Paiva Leite, Edgar Flexa Ribeiro,
Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito,
Heitor C. Chagas de Oliveira, Ives Gandra da Silva Martins,
João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto, Jorge Khoury,
José Maria Almeida Martins Dias, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva,
Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos,
Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro,
Paulo Reis Vieira, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin,
Sergio Ferraz Magalhães, Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Paulo Alcântara Gomes,
Tito Bruno Bandeira Ryff, Willian Alberto de Aquino Pereira

Apresentação

As páginas que se seguem relatam as atividades do IBAM em 2014 e permitem conhecer a diversidade da atuação do Instituto, que se estende a várias áreas, todas direta ou indiretamente relacionadas com as atribuições da Administração Pública, notadamente a municipal.

De fato, o ano foi pródigo em possibilidades de trabalho, permitindo a expansão do acervo técnico da instituição e confirmando sua vocação e competência para enfrentar esses desafios e obter bons resultados para os envolvidos.

É pertinente destacar alguns projetos em face de sua importância e de seu alcance. Assim, remete-se às páginas que descrevem o que foi feito no âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, cujos recursos vêm do Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, para que se veja o avanço obtido em relação ao ano anterior, quando se iniciou. Trata-se de amplo programa, que irá beneficiar 529 Municípios localizados na região, alcançando nove Estados, com a duração de quatro anos.

Outro projeto que merece referência é o que conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para promover alianças entre setores público e privado visando à atuação em serviços como infraestrutura urbana, transporte, habitação e equipamentos sociais, entre outros.

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a obrigatoriedade de se cobrar os tributos municipais. Entre estes, encontra-se o ISSQN, que tem sido objeto de metodologia desenvolvida pelo IBAM, visando à implantação de nota fiscal eletrônica, com o que a arrecadação municipal é incrementada, atingindo a 16%, em média, nos Municípios que recebem nosso assessoramento, que em 2014 atingiu o número de 86 contratos.

Outra atividade que já ocorre há mais de 50 anos é o relacionamento a distância com os órgãos municipais, por meio de assistência técnica oferecida sob a forma de pareceres que abordam todos os assuntos que preocupam o Poder Público municipal, totalizando 3.492 no ano relatado. Essa relação ocorre também pelo acesso ao arquivo eletrônico, onde são encontrados, além dos pareceres, estudos, modelos e artigos da Revista de Administração Municipal. Houve no ano em causa 31.500 acessos, de todas as regiões brasileiras.

A organização de concursos públicos, atividade reconhecidamente de desenvolvimento institucional, porque dirigida à melhoria e capacitação dos serviços prestados pela Administração Pública, também se destaca pelo total obtido em 2014: foram 32, a cargo da sede e das representações de São Paulo e Santa Catarina, com um total de mais de 160.000 candidatos.

A Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur ampliou sua grade de cursos presenciais e a distância, além de oferecer, em parceria com a Uniasselvi – Sociedade de Pós-graduação Ltda.,

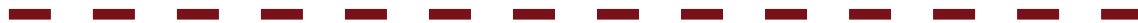
programa de cursos em nível de pós-graduação destinados a profissionais da Administração Pública de todo o país.

A diversidade dos temas trabalhados pelo IBAM é expressiva, o que mostra a sua capacidade e o atendimento de seus objetivos estatutários. Não se pode esquecer a contribuição que vem dando para a concepção e implementação de políticas sociais importantes, inclusive pela participação de seus representantes em órgãos públicos colegiados voltados para esse fim.

Mencionaram-se acima alguns pontos relevantes, mas o conjunto que reflete o decorrido no ano em questão contém muitas outras informações que, examinadas, mostram um retrato nítido e detalhado do que se fez. A sua leitura proporcionará satisfação aos que se preocupam com a institucionalização do setor público.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário



Ações pelo Desenvolvimento do Município	9
Ensino	25
Assessoria Técnica	35
Compromisso Social.....	53

O banco de dados do Laboratório de Administração Municipal, acessível aos associados do IBAM por internet, registrou mais de 32 mil visualizações de documento. Foram consultados 30.789 pareceres, 280 estudos e 422 modelos

Ações pelo Desenvolvimento do Município

Rede IBAM de Municípios e entidades associadas ao Instituto

A valorização da cidadania em uma sociedade democrática é conquistada por meio do fortalecimento das instâncias governamentais que devem ter como meta formular políticas públicas e prestar serviços que fomentem o desenvolvimento. As ações do IBAM, especialmente o assessoramento técnico a distância e de ampla abrangência, expressam cotidianamente o esforço realizado de prestar apoio e fornecer subsídios para o alcance de tais objetivos.

A Consultoria Jurídica e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas do IBAM são diariamente acionados e elaboram estudos, artigos e modelos que são colocados à disposição para consulta de todo o universo dos associados ao Instituto no Laboratório de Administração Municipal, banco de dados hospedado no portal do IBAM na internet.

O assessoramento realizado por meio de pareceres escritos dirime dúvidas e orienta servidores de Prefeituras, Câmaras e Autarquias elaborados com base na melhor doutrina e jurisprudência, redigidos de forma clara e objetiva, de modo a não pairar dúvidas quanto à questão submetida; o atendimento telefônico, de forma expedita, responde questões que demandam esclarecimentos imediatos e que, quando necessário, são acompanhados de recomendações de leitura de pareceres, estudos e artigos, sem prejuízo da indicação da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

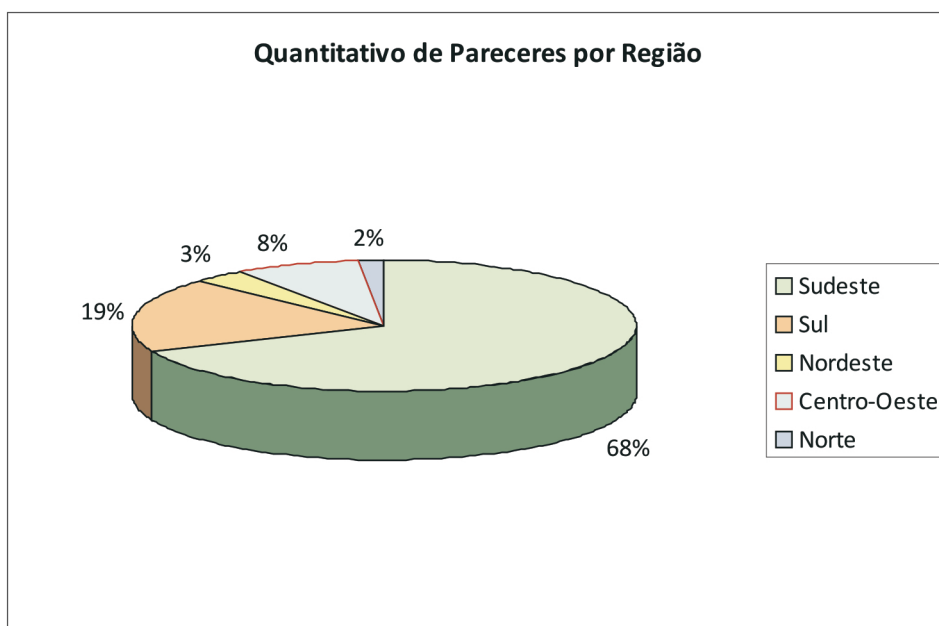
O atendimento presencial aos associados ao IBAM é uma boa oportunidade para os gestores municipais conhecerem de perto nossa equipe, bem como os diversos trabalhos realizados, e presta-se à elucidação de dúvidas e à construção conjunta de soluções para os problemas enfrentados.

Em 2014 deve-se destacar que 3.492 pareceres jurídicos e contábeis foram emitidos; em média, 291 pareceres por mês; 60% foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais; 35% por solicitação de Prefeituras e 5% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico orientou 577 consulentes.

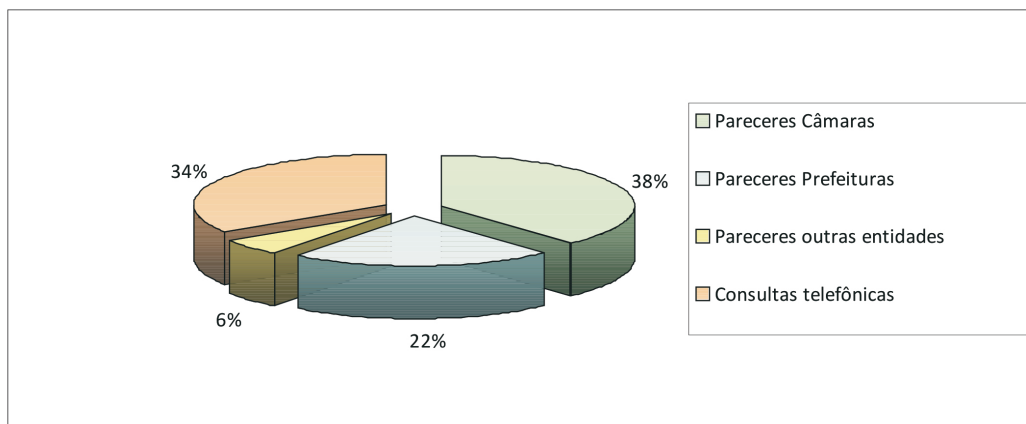
A Consultoria Jurídica do Instituto também atendeu a demandas do componente de Orientação Técnico-jurídica do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Bioma Amazônia, desenvolvido pelo Instituto com recursos do Fundo Amazônia, mediante a elaboração de aproximadamente 50 pareceres envolvendo a temática ambiental da região.

O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 31.500 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 30.789 pareceres, 223 estudos, 422 modelos e 57 artigos da Revista de Administração Municipal.

O gráfico a seguir permite a visualização do quantitativo de pareceres por região.



As demandas por pareceres sobre de natureza orçamentária, financeira e finanças públicas, prolatados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas – CEIF, são distribuídas regionalmente de maneira semelhante às solicitações na área jurídica, e a proporção de solicitações das entidades pode ser observada no gráfico a seguir, assim como o volume de consultas telefônicas em comparação com os pareceres escritos.



O CEIF, além de atender às solicitações dos associados ao IBAM, supervisiona a elaboração de:

- análises de demonstrações contábeis e financeiras;
- textos de orientação nas suas áreas de abrangência;
- propostas técnicas e financeiras;
- material didático para cursos presenciais e de educação a distância;
- cursos na sede do Instituto e também de execução descentralizada.

São destacados, a seguir, ementas de alguns pareceres elaborados em 2014.

- Agente Político. Fixação dos subsídios dos agentes políticos. Princípio da anterioridade e da moralidade. A fixação deve ocorrer de uma legislatura para a outra, antes das eleições. Precedentes. Considerações.
- Alienação de bens imóveis. Rendimentos do produto de alienação poderão ser aplicados em despesas correntes.
- As valorizações por reavaliações em bens de empresas públicas devem ser registradas em conta denominada de Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme orientação do CPC 27, e ICPC nº 10, ambos do Conselho Federal de Contabilidade.
- Competência Legislativa Municipal. Finanças Municipais. Meio Ambiente. Aplicação de recursos do ICMS Verde/Ecológico. Legislação Local.
- Concurso Público. Requisito de acesso aos cargos públicos. Considerações.
- Conselhos Municipais. Constituição. Princípio da Paridade. Tombamento de bens estaduais pelo Município. Possibilidade.
- Contabilização de bens adquiridos e entregues a entidades de filantropia com cumprimento de acordo com o Ministério Público.
- Convênios/Contratos. Alteração quantitativa. Supressão. Acréscimo. Vedação de compensação. Observância dos valores unitários utilizados como referência na licitação.
- Convênios/Contratos. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Revisão. Reajuste. Aspectos gerais. Ônus do contratado de demonstrar a ocorrência de fato superveniente imprevisível ou de consequências imprevisíveis. Possibilidade de reajuste desde que previsto no instrumento convocatório. Requerimento da Contratada. Obrigatoriedade. Impossibilidade de pagamento retroativo de recomposição. Preclusão lógica. Jurisprudência do TCU.
- Função Fiscalizadora da Câmara Municipal. Comissão Parlamentar de Inquérito. Requerimento de instauração. Composição. Princípio da Proporcionalidade Partidária. Comentários.

- Garantias constitucionais. Liberdade de manifestação. Núcleo do regime de liberdades constitucionalmente assegurado. Possibilidade de restringir o seu exercício abusivo na medida em que coloque em risco outros valores constitucionalmente assegurados. Análise de validade de restrição que se pretende impor em âmbito local. Considerações a respeito.
- Gestão de restos a pagar. Inscrições. Diferenças entre despesas processadas e não processadas. Baixa e contabilização de restos a pagar prescritos.
- Licitação. Contratação de serviço de recuperação de crédito previdenciário. Processo licitatório. Percentual vinculado ao êxito. Considerações.
- Meio Ambiente. Queimada controlada. Lei nº 12.651/12. Proibição ao emprego de fogo como regra. Permissão para atividades agropastoris e florestais sob autorização do órgão ambiental estadual.
- Meio Ambiente. Municipalização da Gestão Ambiental plena. Órgão Ambiental capacitado. Res. COEMA-PA nº 116/2014.
- Pagamento do piso salarial do magistério de anos anteriores com recurso financeiros atuais do FUNDEB.
- Poder Executivo. Os bens incluídos em processo de inventário só podem ser parcelados ou subdivididos após concluído o inventário e registrado o formal de partilha, ou, excepcionalmente, com autorização judicial.
- Política Urbana. Meio ambiente. Parcelamento e uso do solo. Licenciamento ambiental de loteamentos urbanos. Regras a respeito.
- Processo Legislativo. Declaração de utilidade pública a ser concedida à Associação de Familiares e apoio a dependentes químicos. Análise da validade. Considerações.
- Proibição do uso de animais em rituais religiosos.
- Projeto de lei que dispõe acerca do peso máximo de material escolar. Análise da validade.
- Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de autorização legislativa para construção de estabelecimentos penais no Município. Análise da validade.
- Responsabilidade Civil. Divulgação de fotos em site oficial do município e nome de estabelecimentos comerciais.
- Setores administrativos instituídos por lei podem funcionar no exercício em que se constituíram, desde que a lei autorizativa entre em vigor nesse mesmo exercício. Essa lei poderá autorizar o remanejamento de recursos orçamentários do órgão extinto para os novos setores da administração.
- Tributação. Destinação de receita oriunda de multas de trânsito. Esclarecimentos.

Representações do IBAM

O IBAM acredita que manter uma política de representações e parcerias proporciona a otimização da sua capacidade de atendimento às demandas municipais e garante sua presença efetiva no desenvolvimento de alternativas e soluções que incrementem o fortalecimento institucional dos Governos Municipais.

A representação do Instituto no Estado de São Paulo manteve o perfil de expressiva participação no assessoramento aos Governos Municipais, especialmente em concursos públicos. Em 2014, 13 Municípios do Estado foram assistidos em todas as etapas necessárias para a realização de concursos e processos seletivos, desde a elaboração de instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais.

A representação no Estado de Santa Catarina não só ampliou sua presença junto aos Municípios, obtendo resultados significativos na execução de trabalhos na área de organização e gestão, bem como ampliou, de forma significativa, a prestação de serviços a Prefeituras e Câmaras Municipais na elaboração e execução de concursos públicos, em todas as suas etapas.

Ações e relações institucionais

Centro de Documentação Prof. João Pessoa de Albuquerque

A experiência do IBAM, em sua grande diversidade, produziu e acumulou significativo número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento, essencial para que a instituição mantenha sua identidade e registre a abrangência de sua atuação.

Esses documentos, resultantes dos estudos, pesquisas, projetos e demais atividades realizados durante a trajetória do Instituto, têm uma função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica. Portanto, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis.

Em sintonia com a reorganização do acervo da Biblioteca, a Reserva Técnica do IBAM foi da mesma forma totalmente digitalizada. O conceito de Reserva Técnica refere-se à guarda e conservação de todos os produtos técnicos produzidos pelo IBAM, em material impresso, ao longo de sua existência.



O propósito da criação de um Centro de Documentação Virtual se insere nos planos institucionais de modernização no trato da informação e tem por objetivo disponibilizar segmentos desse acervo para acesso público de leitores do Brasil e do exterior, além de registrar e difundir, virtualmente, toda a produção do IBAM sobre a temática municipal onde se incluirão livros, revistas e documentos relevantes para a pesquisa e estudo nas áreas de governo local e desenvolvimento urbano.

Ainda que a mudança da sede do IBAM para a rua Buenos Aires, no centro do Rio, tenha provocado ajustes no cronograma para a finalização da implementação desse Centro, a Biblioteca continuou funcionando e atendendo usuários internos e também de fora da instituição que mantiveram contato em busca de material para pesquisa e leitura.

Boas práticas de gestão municipal são disseminadas pelo IBAM e CRA-RJ

O Programa de Cooperação entre o IBAM e o Conselho Regional de Administração – CRA-RJ – teve continuidade com as entrevistas realizadas para veiculação nos programas de rádio e televisão sobre o tema Gestão Municipal em setores diferenciados da administração.

Ainda no âmbito desse programa, o Instituto apoiou a realização do XIV FIA – Fórum Internacional de Administração, que acontecerá em maio de 2015, mediante atividades de divulgação, de organização e de condução de um painel sobre o tema Gestão e Sustentabilidade.

Sob a responsabilidade do IBAM foi elaborado o conteúdo técnico do painel, da ementa para a divulgação na mídia, as indicações e respectivos contatos de conferencistas para a realização do evento, bem como o planejamento da condução dos trabalhos no dia de sua realização.

Foram realizados contatos com prováveis palestrantes de Angola, Equador, BID-América Latina e Caribe, Portugal, França e também do Brasil.

Parceria entre IBAM e ABRH/RJ

Fórum discute gestão pública



O IBAM e a ABRH-RJ realizaram o Fórum Gestão Pública que trouxe reflexões e debates sobre as melhores práticas das organizações públicas do Estado do Rio de Janeiro, cujos modelos de gestão são baseados em objetivos, metas de desempenho e meritocracia, influenciando na produtividade de seus colaboradores e na qualidade dos serviços públicos .

Tais modelos influenciam diretamente o desempenho individual e o coletivo e, no caso de uma instituição pública, aumentam o compromisso dos servidores com a satisfação e qualidade de vida da sociedade.

Vale ressaltar que a realização desse encontro dá continuidade às iniciativas que tem sido desenvolvidas pela ABRH-RJ em parceria com o IBAM, proporcionando um enfoque direcionado à Gestão Pública – como a realização de outros Fóruns de Gestão Pública e do Congresso RH RIO 2014, que contou com ambientes de discussão exclusivos para esse público.

Prêmio Ser Humano

Pelo sexto ano consecutivo o IBAM apoiou a realização do Prêmio Ser Humano ABRH-RJ 2014 – iniciativa que destaca e premia ações inovadoras na área de gestão de pessoas, nas categorias “Organização Pública”, “Micro e Pequena Empresa”, “Média e Grande Empresa”, “Trabalhos Acadêmicos” e “Profissional”, e colabora na avaliação dos cases selecionados na categoria “Organização Pública”, sendo parte integrante da Comissão Julgadora.



A cerimônia de premiação foi realizada no dia 24 de novembro e contou com a presença de gestores e representantes de diversas empresas e personalidades do setor público e privado, tais como Firjan, SEBRAE, Losango, Petrobrás, Capemisa e Endesa Brasil, Light, Visagio, Comkit, Officilab e Eletrobrás, entre outras. Estavam também presentes o Secretário Municipal de Trabalho e Emprego do Município do Rio de Janeiro, Augusto Ribeiro, a presidente da ABRH Nacional, Leyla Nascimento e o Presidente do Conselho Deliberativo da ABRH/RJ, João Ricardo de Siqueira, assim como Paulo Timm, Superintendente Geral do IBAM e Cláudia Ferraz, Superintendente de Organização e Gestão do Instituto.

Na categoria “Organização Pública”, o vitorioso foi o Instituto Vital Brazil, com o case “Redução do risco coronariano e da diabetes entre os colaboradores do Instituto Vital Brazil”. Já entre as organizações, na categoria “Média e Grande Empresa”, foi premiado o case “Desenvolvimento da Liderança: Fator Crítico para a Estratégia Organizacional”, da TIM e na categoria “Micro e Pequenas Empresas” a ICQL Química conquistou o prêmio pela segunda vez – a primeira foi em 2012 – com o case “Ler no Trabalho é Legal”.

Já na categoria “Trabalhos Acadêmicos”, a estudante de Administração da Faculdade Arthur Sá Earp Neto de Petrópolis, Thaiza Catarina de Oliveira Pinto, foi a vencedora com o trabalho “Universidades Corporativas como Ferramentas de Gestão do Conhecimento nas Organizações: um estudo de caso”.

As políticas públicas e a participação do IBAM em Conselhos Estaduais

A exemplo de anos anteriores, integrantes da equipe do IBAM atuaram em importantes instâncias de participação na formulação de políticas sociais.

Herculis Tolêdo, que em 2013 foi Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e organizou as atividades necessárias para a realização da Conferência Municipal de Assistência Social, prestou assessoria à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS/RJ) para a elaboração do Plano de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, implementado para o quadriênio correspondente ao período de 2014/2017.



A elaboração do Plano ocorreu entre os meses de fevereiro, março e abril de 2014 e teve como princípio uma metodologia que previu a participação da sociedade civil por meio do envolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescência, Segurança Alimentar e Direitos Humanos, além dos gestores públicos e representantes das Subsecretarias de Gestão, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Inclusão Produtiva e das Coordenadorias de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, Desenvolvimento, Monitoramento e Avaliação e Direitos Humanos.



Ampliando sua participação, o representante do IBAM assessorou a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH/RJ) e o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, integrando a Comissão Temporária para elaboração do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Plano Decenal do SINASE, importante passo para uma gestão pública eficiente, eficaz e efetiva, que atenda

às demandas, interesses e expectativas dos seus beneficiários.

Na área de gênero e defesa dos direitos da mulher, Maria da Graça Ribeiro das Neves deu continuidade às suas ações no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), do qual é Conselheira desde 2012.

A representação do IBAM no CEDIM, órgão vinculado à Sub-Secretaria dos Direitos da Mulher (SUDIM) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, completa 13 anos de ativa participação nas deliberações e apoio ao trabalho de consolidação das políticas públicas para as mulheres.

Representação do IBAM no Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres

Delaine Martins Costa, Coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas do IBAM, este presente às reuniões regulares do Comitê Assessor da Sociedade Civil – GASC para a ONU Mulheres no Brasil, ao Fórum de Organizações Feministas de Santo Domingo, na Reunião do Grupo Assessor da Sociedade Civil para América Latina e Caribe (GASC-LAC) da Onu Mulheres, bem como na XII Conferência da Mulher da América Latina e Caribe da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, uma das cinco comissões econômicas das ONU. Como integrante do Comitê Assessor da Sociedade Civil, também tem participado de atividades e iniciativas da ONU Mulheres visando ao empoderamento feminino e à promoção da igualdade de gênero.



Energias Renováveis e Eficiência Energética

Devido ao reconhecimento do trabalho que desenvolve em ações de eficiência energética na gestão pública, o IBAM foi convidado a compor o Grupo Assessor Temático (GAT) em Energias Renováveis e Eficiência Energética, subtema de Eficiência Energética em Edificações do Projeto Novas Parcerias (NoPa), iniciativa da Cooperação Brasil-Alemanha executado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



O NoPa tem como propósito combinar as fortalezas e instrumentos das cooperações técnica e acadêmica para alcançar melhores condições para a aplicação dos resultados de pesquisa nas áreas temáticas da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável acordadas pelos governos dos dois países: Gestão e Uso Sustentável das Florestas Tropicais e Energias Renováveis e Eficiência Energética.

A representante do IBAM, Luciana Hamada, participou da primeira reunião do GAT, no dia 3 de dezembro de 2014, em Brasília (DF), em conjunto com especialistas e tomadores de decisões de instituições e ministérios, secretarias estaduais e agências públicas parceiras dos programas da Cooperação Técnica Brasil-Alemanha e representantes do setor privado e da sociedade civil.

Além dos debates ocorridos na área temática Eficiência Energética em Edificações, foram identificadas as demandas por resultados científicos aplicáveis em outros dois subtemas: Eficiência Energética em Saneamento e Eficiência Energética em Mobilidade Urbana.

Os resultados dos trabalhos foram consolidados em temas que constarão nos editais a serem publicados pelo DAAD e CAPES.

Ao longo de 2015, os membros do GAT serão convidados a participar dos próximos eventos do NoPa, a fim de garantir que a inovação resultante das novas parcerias seja de fato relevante para a sociedade em geral.



11º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e ExpoEficiência

Nos dias 21 e 22 de julho, agentes públicos, entidades empresariais, pesquisadores, executivos das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ESCOs), consumidores empresariais, fabricantes de equipamentos e provedores de soluções se reuniram em São Paulo no

11º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e ExpoEficiência (COBEE), promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO).

Representado pela coordenadora técnica do Programa de Eficiência Energética, Luciana Hamada, o IBAM, devido ao trabalho que desenvolve com os gestores públicos para a adoção da eficiência energética nos planos e políticas públicas voltadas para a gestão energética, especialmente dos Municípios e Governos Estaduais, pelo segundo ano apoiou o evento.

Conferência Internacional de Arquitetura e Construção

Entre os dias 26 e 28 de agosto, especialistas, gestores públicos, fabricantes, profissionais e empresas da construção civil estiveram presentes na Expo Arquitetura Sustentável, evento realizado em São Paulo.

A Expo Arquitetura Sustentável reuniu a indústria da construção civil sustentável para a realização de contatos, troca de experiências, parcerias e geração de novos negócios. Paralelamente, ocorreu a Conferência Internacional de Construção e Arquitetura, que contemplou palestras técnicas e debates, além de visitas técnicas a empreendimentos sustentáveis localizados em São Paulo.



Além de apoiar o evento, o IBAM marcou presença na Conferência Internacional de Construção e Arquitetura – Sessão Iniciativas do Poder Público – com a apresentação do supervisor técnico, Ricardo Moraes, e da coordenadora técnica do Programa de Eficiência Energética, Luciana Hamada, sobre o tema “Planejamento Urbano e Código de Obras:

Conexões com a Contemporaneidade”, com o propósito de ressaltar a importância dos novos assuntos em pauta, necessários para o planejamento de cidades e de edificações sustentáveis e eficientes.

Exposição e Fórum de Gestão de Iluminação Pública



Entre os dias 3 a 5 de junho de 2014, foi realizada a 3ª Exposição e Fórum de Gestão de Iluminação Pública sob o tema “Novos Paradigmas e Tecnologias para os Atuais Desafios da Administração Municipal na Gestão da Iluminação Pública”.

No evento, a coordenadora técnica do Programa de Eficiência Energética, Luciana Hamada, apresentou o tema “Gestão do Sistema de Iluminação Pública: aspectos legais, administrativos

e contábeis”, que teve o propósito de ressaltar os aspectos administrativos, contábeis e legais necessários para a preparação do recebimento dos ativos do sistema de iluminação pública pelas Administrações Municipais.

Acordo de cooperação entre IBAM e FOMIN/BID

Por ocasião da Reunião de Governadores do Banco Interamericano, realizada na Costa do Sauípe – BA, o IBAM firmou novo acordo de cooperação com o Fondo Multilateral de Inversiones – FOMIN do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (FOMIN / BID) para implementação do Programa de Parcerias Ambientais Público-Privadas visando ao desenvolvimento de modelos alternativos para a gestão compartilhada das Unidades de Conservação Federais. Com a responsabilidade pela gestão dessas Unidades, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMbio / MMA, participou da concepção e atuará com parceiro na implementação do Programa.



O Programa, que será desenvolvido nos próximos quatro anos, busca propor soluções no campo da cooperação entre o setor público, o empresarial e terceiro setor, na direção de reduzir gastos de investimento e de custeio relativos à melhoria e ampliação das unidades, à exploração econômica sustentável e à inclusão produtiva das comunidades tradicionais residentes nas áreas e em seus entornos.

O IBAM atuará na coordenação da Unidade de Gestão do Programa e o ICMbio deverá exercer, em colaboração com o Instituto, a função de coordenação técnica. Outras instituições governamentais são parceiras nesse processo, como os Ministérios de Meio Ambiente, Fazenda e Planejamento.

Pauta global das cidades discutida em Medellín



Foi realizado na cidade colombiana de Medellín o 7º Fórum Urbano Mundial. O evento é organizado, a cada dois anos, pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), constituindo hoje o maior evento global no tema.

O IBAM, representado por Alberto Lopes, tem participado de todos os eventos da série do WUF. Nesta 7ª sessão, esteve representado também como membro do Fórum Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas, que realizou com o ONU-Habitat, o PNUD e o Governo da Espanha evento sobre Boas Práticas e Gestão do Conhecimento.

O destaque do WUF7 foi a Mesa Redonda de Prefeitos e Prefeitas, representados pelos titulares de Barcelona, Medellín, Santiago do Chile, Budapeste, São Paulo, Nanjing e Delft. Do ponto de vista geral, foi destacada a importância da circulação e do compartilhamento da informação e do conhecimento para apoiar as decisões de governo.

Planejamento urbano em debate

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR é uma entidade que congrega programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras cujas finalidades abrangem, entre outras, a divulgação de informações e a troca de experiências referentes a essas áreas de atuação; a promoção de reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre os integrantes das instituições associadas e, também, com outras associações congêneres, nacionais e estrangeiras.

O urbanista Alberto Lopes, representando o IBAM, participou do VII Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais: permanências, desafios e novos caminhos, do I Encontro das Revistas Científicas de Planejamento Urbano e Regional e da Assembleia Ordinária da ANPUR.

Cooperação público-privada



O Instituto Ethos, com o apoio do IBCE, FENASTC, CONFELEGIS, Rio Como Vamos, SBE – Sociedade Brasileira de Estatística, CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA ILHA DO GOVERNADOR – CEASIG, Urece Esporte e Cultura para Cegos, CGU RJ – Controladoria Geral da União, SINDSERVTEC/RJ e do Clube de Engenharia promoveu o seminário “Transparência na Copa 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro: Como está esse jogo?”.

Convidado, Gil Soares proferiu palestra sobre instrumentos jurídicos de cooperação público-privada, além de participar da mesa de debates. Sobre tema semelhante, o técnico do IBAM concedeu entrevista o programa “Tema Livre” – uma mesa de debates que troca em miúdos os principais temas da atualidade –, na rádio Nacional/RJ, comandado por Luis Augusto Gollo.

Pesquisa do IBAM é apresentada em seminário em Buenos Aires

A pesquisa “SINASE: análise da dinâmica de funcionamento dos Programas de atendimento aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas”, realizada pelo Programa de Direitos Humanos e Gestão Pública do IBAM (de 2011 a 2013), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e com o Conanda, foi selecionada para participar do V Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina, realizado na cidade de Buenos Aires, de 26 a 28 de novembro de 2014.



A coordenadora do Projeto, Rosimere de Souza, e os pesquisadores Louise Storni e Herculis Toledo representaram o Brasil apresentando a pesquisa no Grupo de Trabalho sobre as políticas de proteção de direitos de meninas, meninos e adolescentes na América Latina.

O diagnóstico da pesquisa, que teve por objetivo identificar e mapear qualitativamente e quantitativamente a dinâmica de funcionamento dos diferentes arranjos institucionais de

programas e serviços existentes voltados para adolescentes autores de ato infracional com vistas ao aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, também foi apresentado na 227ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, evento que contou com a participação dos 28 conselheiros.

Renovando vínculos com Angola

Estiveram no IBAM, em 2014, três visitantes de Luanda, Angola – Samuel Pinocas, Diretor Adjunto do Instituto de Formação para a Administração Local, Fernando Rodrigues, técnico daquele Instituto e Eduardo Lisboa, Técnico do Ministério da Administração do Território – MAT.



Os visitantes tiveram reuniões técnicas com profissionais e dirigentes do IBAM com o objetivo de intercambiar experiências para a consolidação do IFAL no assessoramento aos governos locais de Angola. Nos encontros, foi explanada a experiência do IBAM na realização de concursos públicos, cursos de educação a distância, parcerias público-privadas, monitoramento de políticas públicas e assessoramento aos governos locais.

Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia

No âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, projeto realizado em decorrência de contrato assinado entre o IBAM e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o IBAM contribuiu para o fortalecimento da aliança entre as instituições que atuam no Bioma com a agenda socioambiental, com a estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente e com as atividades de prevenção e controle do desmatamento.

Foram realizadas diversas atividades colaborativas de troca de informações e de debates em vários Estados que compõem o Bioma, entre as quais destacam-se as relacionadas a seguir.

Pará

Lançamento do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, em conjunto com a Federação de Associações do Estado do Pará – FAMEP. A cerimônia contou com as presenças do Procurador Chefe da Procuradoria da República no Pará, Daniel César Azeredo; da Representante do Ministério do Meio Ambiente, Roseli Bueno Andrade; do Secretário Extraordinário de Estado para a Coordenação do Programa Municípios Verdes – PMV, Justiniano Netto, e da Diretora Executiva do IMAZON, Andréia Pinto, além do Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, e do Presidente da FAMEP, Helder Barbalho.



No dia 20 de fevereiro o Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, a convite do PMV, participou conjuntamente com a Coordenadora Geral do Programa e Diretora do IBAM, Cristina Baratta, e o Assessor de Relações Institucionais, Nelson Issa, da 13ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor – COGES realizada no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia.

Nos dias 5 e 6 de junho de 2014 equipes do IBAM, do Instituto do Homem e Meio Ambiente – IMAZON e do Instituto Centro de Vida – ICV se reuniram na Associação Comercial do Rio de Janeiro para apresentação de trabalhos relativos às tecnologias desenvolvidas para a melhoria da gestão ambiental municipal. Participaram a diretora executiva Andréia Pinto e o pesquisador Amintas Brandão, do IMAZON, o Coordenador do Núcleo de Geotecnologias do ICV, Ricardo Abad, e os analistas Vinicius Silgueiro e Saulo Silva. Do IBAM, estiveram presentes oito técnicos do IBAM integrantes do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia.

No período de 30 de junho a 3 de julho, Nelson Issa, Assessor de Relações Institucionais e Paula Rache, Analista Socioambiental, realizaram visita técnica à Federação de Associações do Estado do Pará – FAMEP, ao IMAZON, e ao Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes, COGES-PMV com objetivo de fortalecer os elos de diálogo e articulação institucional.

Paula Rache e João Laguens representaram o IBAM em quatro oficinas, realizadas em Belém, Itaituba (Baixo Tapajós), Breves (Marajó) e Marabá (Sudeste) para atualizar o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento no Estado do Pará. No evento, realizado em 12 de setembro de 2014, foram debatidos três eixos: Ordenamento territorial, fundiário e ambiental; Fomento às atividades produtivas sustentáveis e Monitoramento e Controle do Desmatamento.

Mato Grosso

O Assessor de Relações Institucionais, Nelson Issa, Leonardo Mello, Analista em Gestão Socioambiental, e Selma Rodrigues, Assistente Executiva, representaram o IBAM no 31º Encontro de Prefeitos da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, no período de 22 a 24 de maio, no Centro de Eventos do Pantanal de Cuiabá, ocasião em que expôs o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia para os Prefeitos e representantes dos 86 Municípios do Mato Grosso.



Para promover o desenvolvimento sustentável e o conhecimento, por meio de consultorias, pareceres técnico-jurídicos e capacitação via cursos de educação a distância, o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia do IBAM – promoveu mais um evento no Estado do Mato Grosso, com apoio da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sinop e do PMS – Programa

Matogrossense de Municípios Sustentáveis, com cerca de vinte Secretários de Meio Ambiente, Prefeitos e representantes no dia 28 de agosto, na Câmara de Vereadores de Sinop.

Entre 25 e 27 de novembro, organizações não governamentais, sociedade civil, prefeituras, governos estadual e federal somados a representantes de oito consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico e social, que totalizam 65 municípios, debateram temas como desenvolvimento territorial, regularização fundiária e ambiental, ICMS Ecológico e descentralização da gestão ambiental, entre outros, no 2º Seminário Mato-grossense de Municípios Sustentáveis. O IBAM foi representado por sua Diretora e Coordenadora Geral do PQGA, Tereza Cristina Baratta, e pelo Analista Socioambiental, Leonardo Mello.

Acre

Em reunião na sede da Associação dos Municípios do Acre – AMAC, Tereza Cristina Baratta e Nelson Issa apresentaram e debateram o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia com os Prefeitos Ale Anute Silva, do Município de Manoel Urbano, e Francisco de Freitas, do Município de Rodrigues Alves, além de Secretários de Meio Ambiente dos Municípios de Rio Branco, Tarauacá, Serra Madureira, Acrelândia, Plácido de Castro, Brasiléia, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Feijó, Bujari, Epitaciolândia, Capixaba, Porto Acre e Santa Rosa do Purus.

Rondônia

A Analista Socioambiental, Nathalia Braga, e a Consultora de Administração Municipal, Silvia Butters, representantes do IBAM, estiveram em Cacoal no período de 9 a 12 de setembro e em Porto Velho, de 15 a 19 do mesmo mês, participando de vários encontros com o Poder Executivo e Legislativo Municipal e entidades civis. Em Porto Velho, além das reuniões na Secretária Municipal de Meio Ambiente as técnicas do IBAM participaram de encontros com a liderança da ONG Ecoporé; da Associação Rondoniense de Municípios (AROM) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No Município de Cacoal, além das Secretarias, foram visitadas outras diversas instituições, como a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí e Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Amapá

Nos dias 25 a 28 de novembro, na Vila de São Francisco do Iratapuru, em Laranjal do Jari, Denis Conrado representou o IBAM na IV Reunião do Mosaico da Amazônia Oriental de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, que contou com representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) e do IBAMA.



O IBAM mantém programas de cursos presenciais e a distância, que visam fortalecer e aprimorar as capacidades dos diversos atores – governo e sociedade – criando condições favoráveis para que atuem conjuntamente na melhoria da qualidade das cidades, na modernização das estruturas de gestão e sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico local

A experiência do IBAM nas áreas de estudo e pesquisa, assessoria jurídica e cooperação técnica com os governos locais, no Brasil e no exterior, servem de insumo para a Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR desenvolver estratégias de ensino que respondam às demandas por capacitação dos Municípios.

Importante destacar que a educação é uma das marcas da ação do IBAM, que desde sua fundação realiza ações de capacitação voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de servidores públicos, destacadamente os municipais.

O foco da ação educacional do IBAM é o aluno. Com isso, metodologia, conteúdos e recursos são meios oferecidos para que o conhecimento seja disseminado de forma individual ou coletiva. A metodologia de ensino adotada permanece fundamentada no método construtivista, com ênfase no “aprender fazendo”, estratégia essencial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências.

Além da execução do programa regular e de projetos de capacitação sob a forma de contratos ou convênios, a atuação da ENSUR também foi marcada pela consolidação de mudanças nos métodos de ensino e de aprendizagem e na implementação de tecnologias de apoio à educação.

Outras ações se destacam, como o assessoramento a Escolas de Governo, a execução de programa de visitas técnicas a partir da experiência e participação do IBAM como representante do Fórum Iberoamericano de Boas Práticas e as Comunidades de Prática (CoP) destinadas a alunos egressos dos cursos presenciais e a distância com a finalidade de ampliar os espaços de debate sobre os temas trabalhados.

A seguir são descritas as atividades realizadas em 2014.

Capacitação a Distância

Os resultados alcançados no programa de educação a distância instituído pelo IBAM indicam que os cursos nesta modalidade se consolidam positivamente como alternativa para agentes políticos, gestores e servidores públicos de diversos níveis que buscam capacitação em temas focados prioritariamente em questões municipais. Nas modalidades autoinstrução e com apoio de tutoria especializada, on-line no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM), foram realizados ao longo do ano os seguintes cursos:

- Gestão de Pessoas
- Gestão do Sistema de Iluminação Pública
- Gestão Tributária Municipal

- Fundamentos de Licitações e Contratos Administrativos
- Processo e Técnica Legislativa – PTL
- Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da PNRS
- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL Programático
- Gestão do Fundo Especial da Assistência Social – FAS
- Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da PNRS
- Gestão Tributária Municipal
- Logística Reversa
- Gestão do Sistema de Iluminação Pública
- Processo e Técnica Legislativa – PTL
- Gestão de Pessoas
- Processo e Técnica Legislativa – PTL
- Gestão do Sistema de Iluminação Pública
- Encerramento do Exercício e Prestação de Contas – EEPC

Democracia e Gênero

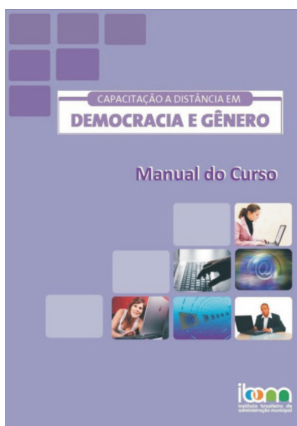
Em convênio com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, o IBAM executou o Programa de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero com os seguintes cursos:

- Direitos Humanos e Desigualdades Sociais;
- Gênero, Representação e Participação Política;
- Políticas Públicas e Governo Local.



O programa tem como objetivo contribuir para o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres e incentivar a implementação de políticas públicas nas áreas de gênero, mulheres e feminismo, visando à capilaridade das políticas do Governo Federal e da SPM na perspectiva da construção da autonomia e da igualdade para as mulheres.

As atividades desenvolvidas abrangem as etapas de planejamento, desenvolvimento e gestão acadêmica do programa de capacitação, com ênfase na produção dos conteúdos e manuais dos cursos, divulgação, inscrição e matrícula das mulheres em âmbito nacional. Na divulgação do programa deve-se destacar a participação de representantes do IBAM nos Encontros Regionais de Organismos de Políticas para



Mulheres realizados nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia.

Com apoio de tutoria especializada, em 2014 foram formadas 30 turmas (10 de cada curso), com duração de dois meses e carga horária de 60 horas. No segundo semestre foram iniciadas 30 turmas de Aproveitamento de Estudos (AE), estratégia educacional com estrutura modular que permite a realização e conclusão de outros cursos do programa.

No total, 3.016 mulheres se inscreveram nos cursos e 1.394 os concluíram, ou seja, 463 alunas fizeram dois ou três cursos.

Qualificação Técnica em Resíduos Sólidos

Com apoio da Embaixada dos Países Baixos, o projeto de Qualificação Técnica para Elaboração de Planos de Resíduos Sólidos foi renovado e ampliado. Além da realização do curso Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Comunidade de Prática (CoP) sobre o tema, em 2014 foi editada a publicação Planos de Resíduos Sólidos e realizados na modalidade a distância os cursos “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL Programático” e “Logística Reversa”.

Ao longo do ano de 2014 foram realizadas duas turmas do curso Planos de Resíduos Sólidos, uma turma do curso MDL Programático e uma turma do curso Logística Reversa.

A transversalidade dos temas abordados se reflete na área de atuação e formação dos participantes, que contou com gestores públicos municipais das áreas de meio ambiente, administração, assistência social, obras e urbanismo, educação, além de acadêmicos, técnicos e profissionais autônomos das cinco grandes regiões do país.



Em setembro de 2014 a Embaixada dos Países Baixos renovou seu apoio ao projeto com a assinatura de novo contrato que prevê a realização de novas turmas em 2015 com a concessão de bolsas de estudo para técnicos que desenvolvam atividades relacionadas aos temas dos cursos em nível municipal.

Pós-graduação a distância

O IBAM deu continuidade ao programa de cooperação com a Uniasselvi para a realização de cursos em nível de pós-graduação, pelo sistema de ensino a distância, destinado a profissionais

(gestores e técnicos) de todo o território nacional que atuam na administração pública ou tenham interesse em conhecer mais profundamente questões de políticas públicas e de gestão municipal.

Em 2014, 344 novos alunos ingressaram nos cursos. A distribuição dos alunos é indicada no quadro a seguir:

Curso	Número de participantes
Gestão e Políticas Públicas Municipais (480 horas)	105
Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social (440 horas)	239
Total de participantes	344

Em 2014, foi formada uma turma semipresencial exclusiva para servidores de Itapetininga/SP no curso Gestão e Políticas Públicas Municipais. Foram capacitados 73 servidores efetivos do quadro de pessoal da Prefeitura cujos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), na forma de artigos científicos, versaram sobre temas relacionados ao tema central do MBA realizado.

No final do ano, fortalecendo sua atuação nesse segmento, o IBAM firmou com a Unyleya Editora e Cursos acordo de cooperação técnica e operacional para realização de projetos de ensino a distância que preveem a organização, desenvolvimento, atualização, implementação e oferta de cursos de formação continuada (cursos livres), cursos de pós-graduação, soluções e tecnologias educacionais.

Capacitação nos Municípios

Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ



O IBAM, no âmbito do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios), celebrou contrato com a Prefeitura Municipal de Mesquita para realização de um programa de capacitação com o objetivo de desenvolver, fortalecer e aperfeiçoar competências técnicas e comportamentais dos servidores públicos.

O programa abrangeu cinco etapas:

- Planejamento e alinhamento institucional.
- Mapeamento de necessidades de capacitação.
- Análise de dados e avaliação das necessidades identificadas.
- Elaboração de Projeto político-pedagógico para fortalecimento do Centro de Formação da Prefeitura.
- Execução de cursos e visitas técnicas.



Em 2014 foram feitos os levantamentos das necessidades específicas do público-alvo, mediante a realização de oficinas, entrevistas e aplicação de questionários, bem como formadas 32 turmas, totalizando 392 alunos, para as quais foram ministrados cursos com temas de interesse da Administração Municipal e dos seus servidores.

No quadro a seguir é possível visualizar a diversidade temática dos cursos realizados e o número de participantes em cada uma das atividades.

Curso	Período	Carga Horária	Número de Participantes
Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico	16 a 18 de julho	24h	11
Metodologia para Mapeamento de Processos	16 a 18 de julho	24h	7
Metodologia para Mapeamento de Processos	21 a 23 de julho	24h	16
Elaboração de Termo de Referência e Projeto	4 a 6 de agosto	24h	18
Elaboração do Orçamento Municipal	24, 25 e 28 de julho	24h	10
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	24, 25 e 28 de julho	24h	32
Plano Municipal de Saneamento	4 a 6 de agosto	24h	10

Curso	Período	Carga Horária	Número de Participantes
Gestão Tributária Municipal	11 a 13 de agosto	24h	21
Atendimento ao Cliente –Cidadão	11 a 13 de agosto	21h	24
Avaliação de Indicadores Sociais	11 a 13 de agosto	21h	1
Capacitação em Fiscalização Tributária do ISSQN	18 a 20 de agosto	24h	12
Gestão de Convênios no SICONV	1 a 3 de setembro	24h	15
Planos de Resíduos Sólidos	1 a 3 de setembro	24h	10
Redação Oficial	4, 5 e 8 de setembro	24h	21
Patrimônio e Logística	22 a 24 de setembro	24h	17
Finanças Públicas na Perspectiva da LC nº101/2001	1 a 3 de outubro	24h	10
Processo Administrativo	1 a 3 de outubro	21h	10
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	6 a 8 de outubro	24h	4
Desenvolvimento de Equipes	6 a 8 de outubro	21h	15
Patrimônio e Logística	9, 10 e 13 de outubro	24h	6
Redação Oficial	9, 10 e 13 de outubro	24h	13
Processo e Técnica	28 a 30 de outubro	21h	13
Desenvolvimento de Equipes	3 a 5 de novembro	21h	10
Gestão de Pessoas	3 a 5 de novembro	21h	6
Processo Administrativo	6, 7 e 10 de novembro	21h	10
Gestão de Pessoas	6, 7 e 10 de novembro	24h	15
Comunicação no trabalho	11 a 13 de novembro	21h	3
Formação de Multiplicadores	11 a 13 de novembro	21h	4
Atendimento ao Cliente-Cidadão	17 a 19 de novembro	21h	12
Contabilidade Pública na perspectiva das NBCASP	17 a 19 de novembro	24h	12
Comunicação no Trabalho	24 a 26 de novembro	21h	8
Fundamentos de Licitações e Contratos	16 a 18 de dezembro	21h	16

Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ

Em Petrópolis a capacitação teve como foco a formação e instrumentalização de servidores públicos no SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal. O programa foi desenvolvido em sessões temáticas estruturadas de forma a promover a interação entre professor e participantes, valorizando nas exposições a associação entre os conceitos apresentados e as situações práticas vivenciadas.

O curso, com 24 horas/aula, contou com a participação de 20 servidores.

Prefeitura Municipal de Parauapebas/PA

A capacitação para servidores da administração direta e indireta, teve como objetivo apresentar e discutir o instrumental teórico e prático sobre o processo e técnica legislativa, no âmbito da Administração Pública Municipal, Administração direta e Indireta.

Foi ministrado o curso Processo e Técnica Legislativa, com carga horária de 14 horas/aula, para 15 participantes. A metodologia adotada compreendeu a apresentação verbal e reuniões em grupos para estudos e discussão em torno de exercícios propostos pelo professor.

Capacitação no Acre

Pervisto no Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, projeto realizado em decorrência de contrato assinado entre o IBAM e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o IBAM deu início à capacitação no Estado do Acre desenvolvendo as atividades relatadas a seguir.

Com o objetivo de capacitar os gestores públicos municipais para que possam planejar o atendimento das necessidades ambientais e fortalecer a governança ambiental nos Municípios Acreanos, foi criado o projeto “Fortalecendo a Gestão Socioambiental Municipal no Acre”, desenvolvido pelo IPAM, em parceria com o IBAM, a SEMA-AC e a AMAC, com apoio da Fundação Avina. No âmbito deste projeto uma série de oficinas está prevista com Gestores Ambientais municipais e técnicos de cinco municípios do estado do Acre: Epitaciolândia, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Tarauacá e Sena Madureira. A 1ª Oficina de Capacitação e Planejamento Estratégico em Gestão Ambiental ocorreu nos dias 9 e 10 de junho de 2014, na Escola do Servidor Público, Rio Branco, Acre.



Nos dias 28 e 29/08, a segunda oficina foi realizada entre os dias 28 e 29 de agosto, e visou capacitar os representantes dos Municípios no tema Planejamento Estratégico com ênfase em Gestão Ambiental.

A terceira oficina de capacitação dos municípios do Acre em Gestão Ambiental municipal foi realizada entre os dias 20 e 21 de novembro. Neste encontro, 12 profissionais foram capacitados para a

elaboração de Planos Operativos para suas respectivas Secretarias de Meio Ambiente.

Em meio a muitos desafios e investimentos na área de saneamento básico, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre realizou, em Rio Branco, a Oficina de Capacitação em Gestão Ambiental e Instrumentos de Gestão. O módulo que abordou o tema “Instrumentos Legais para o Saneamento Básico e diretrizes para elaboração de Planos de Resíduos Sólidos”, ministrado por Karin Segala,



assessora do IBAM, aconteceu entre 30 de novembro a 3 de dezembro. Participaram representantes de instituições governamentais e não governamentais, e dos municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Feijó, Porto Acre, Porto Walter, Acrelândia, Bujari, Manoel Urbano, Sena Madureira, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Brasília e Xapuri.

Gênero e racismo: reflexões e conexões a partir da experiência da COOLIMPA

Através do convênio firmado entre o Instituto Nossa Ilhéus – INI e a Secretaria de Políticas das Mulheres do Governo do Estado da Bahia, o IBAM e a Cooperativa dos Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Consciência Limpa – COOLIMPA se inserem como parceiros na execução do projeto que visa fortalecer os segmentos sociais, na perspectiva de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e a participação social em Ilhéus.



Nesse contexto e partindo da necessidade de fortalecer o papel do grupo no âmbito das relações pessoais e organizacionais da COOLIMPA, foram elaboradas atividades de reflexão sobre as perspectivas de gênero e raça. O IBAM ministrou uma oficina com os membros da COOLIMPA, em que se discutiu o posicionamento de homens e mulheres em termos de condição social (sexismo e racismo) e inserção nas relações de trabalho e suas implicações para a melhoria dessas relações e da gestão. A Oficina ocorreu na sede do

Sebrae, em Ilhéus, ao longo de cinco dias, com a participação de 42 cooperados e cooperadas.

Programa de Capacitação Regular no IBAM

No programa de capacitação regular são oferecidos cursos em quatro eixos temáticos: (1) Direito, Gestão e Técnicas de Governo; (2) Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade; (3) Finanças Públicas; (4) Políticas Públicas Setoriais.

Em 2014 foram realizados os seguintes cursos:

- A Controladoria no âmbito do Município
- Auditoria Governamental

- Contabilidade Pública Municipal no contexto das NBCASP
- Custeio do Serviço de Iluminação Pública
- Elaboração da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO
- Gestão do Sistema de Iluminação Pública
- Liderança e Competência Gerencial
- Mapeamento e Modelagem de Processos
- Modelagem de Cargos e Estruturação de Carreiras
- Planejamento e Gerenciamento de Projetos
- Redação Oficial
- SICONV – Execução e Prestação de Contas com OBTV
- Transparência e Controle Social (Lei de acesso à informação)

Entre os cursos realizados deve-se destacar o de “Gestão do Sistema de Iluminação Pública”, especialmente preparado em decorrência das determinações contidas na Resolução Normativa ANEEL nº 414 e suas atualizações para a transferência dos ativos do sistema de iluminação pública (IP) aos Municípios e da necessidade de tratamento do tema.

Os cursos tiveram o propósito de orientar e instrumentalizar os técnicos municipais para a preparação do recebimento dos ativos do sistema de IP, bem como sua adequada operação, manutenção e, posteriormente, expansão do sistema de IP.

O curso contou com a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Cuiabá/MT) e de prestadores de serviços do segmento.

Em complemento ao programa de capacitação no tema, foi realizado o curso “Custeio do Serviço de Iluminação Pública”, ministrado pelo Prof. Heraldo da Costa Reis.



A assessoria prestada pelo IBAM se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, tais como políticas sociais e ambientais, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população, além de promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública

Gestão Ambiental nos Municípios do Bioma Amazônia



Contrato assinado entre o IBAM e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social viabiliza a implementação do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia que será desenvolvido ao longo dos próximos quatro anos. Os recursos que financiam o Programa vêm do Fundo Amazônia que, gerido pelo BNDES, é um instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma.

O Programa está focado no desenvolvimento de processos de trabalho mediante a instrumentalização da administração pública em nível local e na capacitação de pessoas envolvidas nas decisões públicas. Tem como objetivo central o aprimoramento da gestão ambiental nos Municípios que, mais criticamente, vivem os problemas do desmatamento. O principal desafio a ser enfrentado pelos 529 Governos Municipais que serão beneficiados é que se tornem institucionalmente fortalecidos e operacionalmente preparados para fazer face às recomendações das normas do setor, adotando práticas gerenciais compatíveis.

No ano que passou tiveram início dois de seus componentes: orientação técnico-jurídica aos governos municipais, mediante consultoria a distância, com produção de pareceres e acesso a portal na internet contendo estudos, pareceres, modelos legislativos e administrativos, artigos e pesquisas, e preparação da capacitação em gestão ambiental – com módulos a distância e eventos presenciais – para agentes públicos e representantes da sociedade civil.

Para oferecer visão sintética da amplitude do Programa, citam-se as demais quatro linhas de ação que o integram: (a) encontros com o poder legislativo municipal, visando ao fortalecimento do papel das Câmaras Municipais em relação à gestão ambiental; (b) promoção de comunidades de aprendizagem, que incentivem a educação continuada e o saber coletivo com base na criação e mobilização de redes voltadas para a expansão de conhecimentos e trocas de experiências; (c) premiação de boas práticas, destinada aos Municípios que se destaquem pela inovação em ações e projetos; e (d) descentralização da gestão ambiental, contemplando iniciativas que facilitem a articulação entre Estados e Municípios e outros atores locais e regionais para estimular o diálogo federativo acerca da gestão socioambiental.

Ao longo do ano estabeleceram-se processos contínuos de parceria e de cooperação cujos resultados mais destacados foram:

- no Estado do Pará, instalação do primeiro ponto focal do Programa que atenderá aos Estados do Pará e do Amapá e estabelecimento de parceria com o Programa Municípios Verdes – PMV, com a Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP) e com o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON);
- no Estado do Amapá, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a Federação Amapaense de Municípios;
- no Estado de Mato Grosso, à semelhança do que ocorreu no Pará, o PQGA está associado ao Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS), integrando o seu Comitê Gestor, e à Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM);
- no Estado do Acre, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), com a Associação dos Municípios do Acre (AMAC) e com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- no Estado de Rondônia, com a equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), instituição com a qual foi realizado trabalho visando ao mapeamento de demandas e condições de funcionamento da gestão ambiental;
- no Estado do Maranhão, as articulações se iniciaram mais ao final do ano, a partir de uma visita à Secretaria de Estado de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as parcerias serão consolidadas em 2015.



Em relação aos componentes do Programa que mais se expandiram em 2014 – Orientação Técnico-Jurídica e Capacitação, merece especial destaque o esforço para a formalização de termos de adesão ao Programa pelos Municípios do Bioma Amazônia e seu cadastramento no Portal do Programa para que fiquem habilitados a formular dúvidas à equipe multidisciplinar de especialistas alocados ao Programa e a consultar pareceres e estudos que são colocados à disposição no portal do Programa – <http://amazonia-ibam.org.br/>.

Notícias em destaque

Técnicos do IBAM/PQGA participaram do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

Estande do IBAM atende gestores municipais e divulga o PQGA para Municípios do Bioma Amazônia participantes do encontro.

Assistência técnico-jurídica aos Governos Municipais

O objetivo é proporcionar ao gestor municipal e às equipes técnicas locais orientações jurídicas e informações técnicas que possibilitem o alcance dos resultados pretendidos.

Saiba mais

Área de Relacionamento

Acesse o ambiente de consulta e entenda melhor!

Ambiente de consulta

Municípios Elegíveis

São 530 municípios de 9 estados que possuem áreas no Bioma Amazônia.

Saiba Mais

Como Aderir

Aproveite a oportunidade de aderir seu município ao Programa. Conheça as vantagens e participe!

Quero participar !

Os documentos que integram o portal do Programa pretendem subsidiar o gestor municipal e as equipes locais com informações e orientações técnico-jurídicas que proporcionem qualidade técnica nos projetos, programas e políticas públicas e a segurança jurídica necessária à tomada de decisões, permitindo ao gestor meios para alcançar os resultados pretendidos pela Administração no marco da sustentabilidade, bem como favorecer um modelo de gestão pública eficiente, transparente e voltado para o cidadão.

No caso da Capacitação, partindo-se de um marco conceitual-pedagógico, as atividades foram organizadas em sete módulos e a natureza de seus conteúdos detalhada. As demais etapas de trabalho do componente, que seguem os processos de trabalho característicos da produção de cursos a distância, foram planejadas e estão em início de implementação. Paralelamente, face às necessidades e demandas observadas na região, outros temas foram identificados para oferta no âmbito do PQGA como, por exemplo, cadastro ambiental rural, geotecnologias, elaboração de projetos, compreensão e uso do SICONV.

Alianças Público-Privadas

Com apoio do Fondo Multilateral de Inverciones do Banco Interamericano de Desenvolvimento – FOMIN/BID, o IBAM apoiou a constituição de alianças entre os setores público e privado em alguns Municípios, buscando identificar novas formas de cooperação e melhorar práticas consagradas na gestão dos municípios brasileiras.

Ao longo do período de execução do programa, iniciado em 2008, foram identificadas experiências relevantes com foco em parcerias entre os setores empresarial e público, possibilidades de cooperação em infraestrutura urbana, como saneamento, transporte, vias urbanas, habitação e serviços e equipamentos sociais nas áreas da saúde, educação, assistência social. Foi mapeado o marco legal das relações de cooperação dentro do setor público e entre este e o setor privado. O percurso metodológico seguido nas ações do programa deu origem a um Guia de Procedimentos, orientador da replicação destas experiências em outros contextos.

Foram identificadas oportunidades de desenvolver experiências inovadoras que favorecessem a eliminação dos lixões, a inclusão socioprodutiva dos catadores e o fomento à logística reversa, contando com parcerias entre o setor empresarial e as comunidades locais. A organização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis em cooperativas ou associações e a promoção da construção e do aparelhamento de galpões de triagem e beneficiamento foram iniciativas direcionadas para o estabelecimento de pequenas PPPs, ou microalianças público-privadas, entre as cooperativas de catadores e as prefeituras.

Outro grupo de iniciativas voltou-se para a gestão territorial e local, tendo como foco, na maioria dos casos o turismo, seja promovendo a conexão da rede turística com os produtores baseados na agricultura familiar, seja trabalhando a própria organização institucional do turismo local, como no trabalho desenvolvido nos municípios fronteiriços de Ponta Porã – MS – Brasil e Pedro Juan Caballero – Amanbay – Paraguai.



No campo do desenvolvimento econômico local e territorial, foram concluídas duas iniciativas, a gestão compartilhada de parques e jardins na cidade de Manaus e a identificação de parcerias capazes de potencializar oportunidades de negócios em cadeias produtivas tradicionais e no turismo, realizada no Município de Maués – AM.

Concluindo o projeto, foram elaborados documentos reunindo o conjunto das experiências vivenciadas, os aprendizados e a sistematização do conhecimento adquirido. Estruturada em uma série de onze fascículos, inclui os estudos e experiências mais expressivos, sobretudo, pelas lições aprendidas e níveis de amadurecimento resultantes das iniciativas. Todas as informações produzidas estão disponíveis no portal do Programa na internet: www.aliancaspublicoprivadas.org.br.

APP Alianças Público Privadas

APP no Brasil e no Mundo
APP nos Municípios

HOME | CONHECIMENTO | PROGRAMAS APP'S | BOLETINS | GALERIA | CONTATO

1 2 3 4 5 6 7 8 9

news

Final e Recomeço: parcerias, um tema recorrente

No mês de abril desse ano de 2014, o IBAM encerrou o contrato de cooperação mantido desde finais de 2008, com o Fondo Multilateral de Inversiones – FOMIN, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, direcionado à promoção de Micro Alianças Público-Privadas em Municípios de pequeno e médio portes brasileiros, cujo desenvolvimento, as lições aprendidas e experiências [...]

RSS **mais notícias**

Projeto vai fortalecer gestão da prefeitura de Maués...

O Programa de Fortalecimento da Gestão da Prefeitura Municipal de Maués-AM no Âmbito do Prosaímaués (Programa Social e Ambiental dos Igarapés...

Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal de Maués/AM

Com o apoio da Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Amazonas e do Fundo Multilateral de Investimentos – FOMIN do Banco Interamericano, o IBAM vem desenvolvendo uma ação ampla no Município de Maués no Estado de Amazonas, centrada em dois focos de atuação, e que se constitui em um pré-investimento do Programa de Saneamento Integral de Maués – PROSAIMAUES.

O objetivo desse trabalho é estabelecer um plano de ações, incluindo o orçamento, as metas quantitativas, além do cronograma de implantação da parte correspondente ao fortalecimento institucional da Prefeitura, bem como ao apoio econômico à produção local, onde se identificam as seguintes ações:

- definição do Programa de Associação Público-Privada e Comunitária de Maués;
- definição do Programa Integrado de Turismo Sustentável (PITSM);
- estudo para a integração da área dos mercados e do porto com as intervenções do PROSAIMAUES e recomendações específicas ao tema.

Gênero e Direitos Humanos: construindo diálogos para a autonomia econômica



Com o objetivo de construir conteúdos para a incorporação da perspectiva de gênero, direitos humanos, empoderamento de mulheres e facilitação de grupos nos currículos de formação do Instituto Coca-Cola Brasil – ICCB, a parceria entre IBAM, ICCB e ONU Mulheres integra-se ao objetivo geral do Pacto Global dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPS) lançado pela ONU Mulheres em 2010. O trabalho entre as três instituições se firma como uma iniciativa estratégica de sensibilização para as desigualdades de gênero e investimento no empoderamento econômico das mulheres.

Em 2014 foram revistos os materiais didáticos do Coletivo Reciclagem – cujo público-alvo são as cooperativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos – e do Coletivo Varejo – no qual o enfoque

são jovens de comunidades em vulnerabilidade social. O projeto ainda realizou:

- três oficinas de gênero, empoderamento e direitos humanos para a equipe do ICCB;
- três conferências virtuais sobre os temas para os/as analistas que atuam no Coletivo Reciclagem;
- acompanhamento de dois treinamentos dos/das educadores do Coletivo Varejo.

Plano Diretor do campus Manguinhos da Fiocruz

Inserido na linha de trabalho Planos Diretores Institucionais em 2014 foi concluído e posto em discussão com a comunidade Fiocruz o conjunto de propostas do Plano Diretor, tendo em vista a qualificação e a sustentabilidade do território do campus de Manguinhos no Rio de Janeiro.

Dinâmicas de Transformação do Território até 2018



EDIFICAÇÕES	CENTROS DE COMPARTILHAMENTO E CONVÍVIO (CC)	MOBILIDADE E ADEQUABILIDADE
EXISTENTES	CC PRINCIPAL - A IMPLANTAR	PROJETOS E OBRAS DA REDE VIÁRIA
A REFORMAR	CC SECUNDÁRIO - A IMPLANTAR	NOVOS PONTOS DE PARADA DO MICROÔNIBUS
A CONSTRUIR	CC SECUNDÁRIO - A REFORMAR	RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
NOVAS CONSTRUÇÕES	CC SECUNDÁRIO - A CONSTRUIR	EXECUÇÃO DE PROJETOS PARASISTEMAS
ÁREAS	REABILITAÇÃO DO CAMINHO OSWALDO CRUZ	ÁREAS HERDEAS
ÁREAS DE RESERVA		RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS COM PROPOSTAS		RECUPERAÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS CONSOLIDADAS		PROJETOS E OBRAS DA REDE VIÁRIA
		NOVOS PONTOS DE PARADA DO MICROÔNIBUS

Dinâmicas de Transformação do Território até 2022



EDIFICAÇÕES	CENTROS DE COMPARTILHAMENTO E CONVÍVIO (CC)	SISTEMA DE VEDAÇÃO SOBRE TRILHO A IMPLEMENTAR
EXISTENTES	CC PRINCIPAL - A IMPLANTAR	RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
A REFORMAR	CC SECUNDÁRIO - A IMPLANTAR	TERMINAIS DE TRANSFERÊNCIA DO VET
A CONSTRUIR	CC SECUNDÁRIO - A REFORMAR	PONTOS DE PARADA DO VET
NOVAS CONSTRUÇÕES	CC SECUNDÁRIO - A CONSTRUIR	ESTACIONAMENTOS PROPOSTOS
ÁREAS	REABILITAÇÃO DO CAMINHO OSWALDO CRUZ	ÁREAS HERDEAS
ÁREAS DE RESERVA		RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS COM PROPOSTAS		RECUPERAÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS CONSOLIDADAS		PROJETOS E OBRAS DA REDE VIÁRIA
		NOVOS PONTOS DE PARADA DO MICROÔNIBUS

Dinâmicas de Transformação do Território pós 2022



EDIFICAÇÕES	CENTROS DE COMPARTILHAMENTO E CONVÍVIO (CC)	SISTEMA DE VEDAÇÃO SOBRE TRILHO EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
EXISTENTES	CC PRINCIPAL - A IMPLANTAR	RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
A REFORMAR	CC SECUNDÁRIO - A IMPLANTAR	TERMINAIS DE TRANSFERÊNCIA
A CONSTRUIR	CC SECUNDÁRIO - A REFORMAR	PONTOS DE PARADA
NOVAS CONSTRUÇÕES	CC SECUNDÁRIO - A CONSTRUIR	ESTACIONAMENTOS PROPOSTOS
ÁREAS	REABILITAÇÃO DO CAMINHO OSWALDO CRUZ	ÁREAS HERDEAS
ÁREAS DE RESERVA		RECONSTRUÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS COM PROPOSTAS		RECUPERAÇÃO DO BARRIO ARBÓREO
ÁREAS CONSOLIDADAS		PROJETOS E OBRAS DA REDE VIÁRIA
		NOVOS PONTOS DE PARADA DO MICROÔNIBUS

Atualmente, o Campus Manguinhos representa peça-chave de um grande processo de mudança, iniciado nos últimos anos pela Fiocruz. Essa dinâmica envolve transformações internas e realocação de unidades ali instaladas, resultando, inclusive, em reedificação de grande parte do seu território em curto e médio prazos.

Em função disso, a materialização de um instrumento como o plano diretor se tornou premente. O Plano Diretor da Fiocruz Campus Manguinhos visa ao ordenamento territorial e apoio à gestão do espaço físico do campus. Além de propor caminhos para sua gradual qualificação ambiental e urbanística, estabelece critérios para futuras intervenções e indica prioridades de ação.

Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Para o estabelecimento de um bom governo os serviços públicos devem ser executados de maneira profissional, mediante investimento em tecnologia, conhecimento e habilidades. A exigência da sociedade por serviços de qualidade e transparência na aplicação dos recursos é determinante para que a administração pública busque novos modelos para modernizar a sua gestão a fim de atender às maiores e diversas necessidades dos cidadãos.

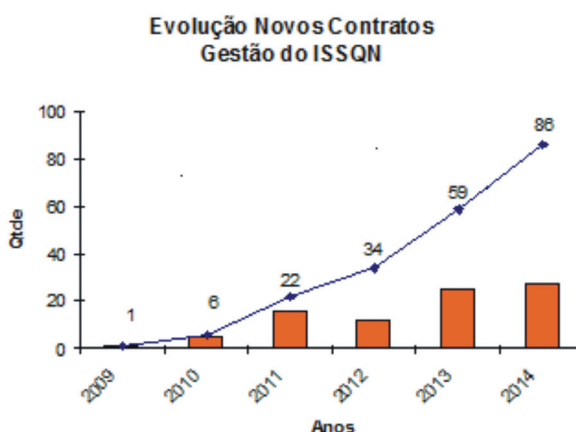
A metodologia desenvolvida pelo IBAM para a gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com a implantação da nota fiscal de serviços eletrônica, oferece um conjunto de ferramentas de trabalho, revisão de processos e assessoramento jurídico-tributário, decisivos no apoio ao processo de controle fiscal e contra a sonegação, contribuindo para o aumento da arrecadação municipal.

Sua implementação junto às administrações públicas municipais proporciona transparência na relação com o contribuinte e busca alcançar a redução dos custos de gestão, a gestão da informação com inteligência fiscal e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Quanto ao contribuinte, com o sistema disponibilizado pela Prefeitura é possível acessar a nota fiscal a partir de qualquer computador conectado à internet, sendo possível gerenciar a nota quando for necessário. Poderá ainda pesquisar, validar, emitir, substituir ou cancelar a NFS-e, além de ter a comodidade de imprimir uma nova via quando precisar ou enviá-la via e-mail.

O incremento médio na arrecadação dos Municípios assessorados pelo IBAM foi superior a 16%, demonstrando a efetividade da metodologia disponibilizada. Mantendo uma constante interlocução, o IBAM mensalmente apresenta sugestões de ações que visam ao incremento da arrecadação do ISSQN, baseado nas informações obtidas no Sistema de Gestão da NFS-e.

Em 2014, a gestão da arrecadação dos contribuintes optantes pelo Simples



Nacional foi um dos destaques. Nos Municípios que utilizam a metodologia de Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) do IBAM, em média, 45% dos contribuintes são optantes deste regime e a arrecadação supera os 15% do total arrecadado.

A metodologia possibilita o monitoramento completo dos contribuintes optantes pelo Regime do Simples Nacional, confrontando os dados das NFS-e emitidas, com os valores recolhidos através da Distribuição de Arrecadação Federal – DAF607 e o Documento de Arrecadação do Simples Declaratório – DAS-D. Também são controlados os contribuintes enquadrados no Simples Nacional como Micro Empresa Individual – MEI.

Ao final de 2014, mais de 210 mil contribuintes encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão do ISSQN e foram responsáveis pela emissão de 22,8 milhões de Notas Fiscais de Serviços eletrônicas – NFS-e. A arrecadação total do ISSQN nos Municípios assessorados pelo IBAM (27 novos contratos foram assinados, totalizando 87 Administrações) atingiu valor superior a R\$ 1,2 bilhões.

Gestão da Dívida Ativa

O assessoramento em desenvolvimento institucional com foco na Recuperação de Créditos e Gestão da Dívida Ativa abrange a revisão dos procedimentos administrativos para inscrição, cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa, capacitação de servidores municipais, depuração e atualização do banco de dados, determinação de estratégias de recuperação de créditos, inscritos ou não em dívida ativa, e acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

Os contratos com os Municípios Bragança Paulista, Jundiá, Pedreira e da Estância Turística de Salto, todos em no Estado de São Paulo, proporcionaram um incremento de cerca de 20% na arrecadação dos valores inscritos em Dívida Ativa, em comparação com o arrecadado em 2013.

Aprimoramento da Gestão da Política de Assistência Social na Área de Gestão da Informação

A fim de contribuir para o aprimoramento da Gestão da Política de Assistência Social na área de Gestão da Informação visando à elaboração do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Superintendência de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia – SEDES, o IBAM deu início aos trabalhos tendo como ponto de partida o mapeamento, identificação e análise das rotinas e dos instrumentos e ferramentas de monitoramento e avaliação das ações praticadas pela SEDES, para entendimento da dinâmica adotada em tais processos, por meio da investigação documental e de entrevistas com gestores e coordenadores das áreas técnica, financeira e jurídica, com representantes do Conselho Estadual de Assistência Social representantes da área de processamento de dados do Governo do Estado.

Posteriormente, foi realizada a oficina de trabalho – rodadas de discussão, com gestores dos programas, projetos e serviços, conselheiros e outros agentes indicados pela SEDES, sobre os aspectos relativos a um sistema de monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a elaboração de documento preliminar com análise dos instrumentos e proposta de um sistema de gestão da informação, de monitoramento e avaliação.

Florianópolis Sustentável

O Plano de Ação Florianópolis Sustentável, realizado no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), é desenvolvido pelo IBAM em conjunto com a equipe da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que coordena localmente o trabalho, com a supervisão dos promotores.



A abordagem da sustentabilidade neste trabalho envolve 23 temas especializados de estudo, como uso do solo e ordenamento territorial, saneamento básico, mobilidade urbana, vulnerabilidades a desastres naturais frente à mudança do clima, gestão pública, gestão fiscal e outros. Uma pesquisa de opinião pública foi realizada junto à população tendo em vista captar a percepção cidadã sobre os temas tratados. O trabalho também foi apoiado em seminários, grupos focais e oficinas de trabalho realizadas com atores-chave.

No contexto geográfico de Florianópolis, a escala metropolitana e, particularmente, da conurbação imediata da capital com outras cidades catarinenses, acabou assumindo importância significativa tanto nas análises quanto nas propostas. Como sustentabilidade pressupõe durabilidade de tudo aquilo que é objeto do Plano, uma iniciativa como a ICES, apesar de visar à construção imediata e



cumulativa de respostas, exigiu inequivocamente pensar o futuro em médio e longo prazo para o território, para as gerações que nele irão se suceder, para a produtividade geral da cidade e para a modernização da própria cultura administrativa dos agentes públicos responsáveis pela sua implementação continuada no tempo.

O conhecimento local acumulado exposto à atualidade do aprendizado sobre a sustentabilidade urbana no Brasil e no mundo permitiu a consolidação de ideias que estavam em gestação e novas que surgiram no processo de trabalho, articuladas em torno dos fundamentos básicos da ICES. A transversalidade é a marca deste Plano, que propõe ações incidentes em domínios especializados da questão da sustentabilidade, mas, também, algumas com caráter inovador e transversal em relação às demais.

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para Ponta Porã

Foram finalizadas as versões preliminares dos Planos de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), de Ponta Porã. Esta iniciativa da Prefeitura Municipal contou com o apoio técnico do IBAM para a elaboração dos dois documentos que foram colocados para consulta pública no site da Prefeitura.



A metodologia adotada pelo IBAM enfatiza o processo participativo envolvendo o Executivo, representantes do Legislativo e de segmentos organizados da sociedade civil no campo do saneamento a fim de atender às exigências legais.

A Lei de Diretrizes Nacional para o Saneamento Básico, nº 11.445/2007, prevê o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) como um instrumento de planejamento que auxiliará os Municípios

a identificar os problemas do setor, diagnosticar demandas de expansão e melhoria dos serviços, bem como estabelecer objetivos, metas e investimentos necessários, à universalizar o acesso da população aos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Para o componente Resíduos Sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece como condição para acesso aos recursos da União a serem aplicados em infraestrutura relacionada à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que se firma não somente como garantia de acesso aos recursos, mas como uma ferramenta para o ordenamento do setor.

Assim, foi de significativa importância Consulta Pública e a Audiência Pública, realizadas para expor os Planos, esclarecer dúvidas e receber sugestões que serão consideradas na consolidação da versão final dos respectivos documentos que serão de grande relevância para a melhoria dos serviços de saneamento básico no Município de Ponta Porã.

Empregos, Carreiras e Salários da FESF-SUS passaram por reformulação

Com a finalidade de atualizar e trazer melhorias para o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (Pecs), a Fundação Estatal Saúde da Família (FESF-SUS) contratou o IBAM para desenvolver três projetos: Revisão do Pecs, Estudo do Mercado de Trabalho e Pesquisa e Desenvolvimento de Pareceres e Capacitação de Pessoas.

Em 2014 o IBAM iniciou à Revisão das Políticas de Gestão de Pessoas e da Carreira da Fundação. O assessoramento do IBAM foi de natureza abrangente, multidimensional e interdisciplinar na medida em que busca sincronizar proposições de mudanças.

A equipe designada para desenvolver os projetos – Cláudia Ferraz, Madeleine Mônica, Thereza Cristina e Cristina Orrico – apresentou-se aos trabalhadores da sede expôs a metodologia a ser aplicada durante o processo de reestruturação do Pecs. “Iremos analisar o que o mercado, de um modo geral, está conduzindo, atualmente, em termos de gestão de pessoas, e traremos para a esfera pública, com o intuito de tornar o Pecs um plano atual, com a participação dos trabalhadores, que são os que detêm o conhecimento sobre as nuances e o dia a dia do trabalho”, explicou Cláudia Ferraz, superintendente de Organização e Gestão do IBAM.



Os Projetos têm como objetivos a serem alcançados a:

- análise e redefinição das atuais políticas de gestão de pessoas, em especial o atual modelo de carreira da Fundação;

- reclassificação dos cargos e dos salários e correção das distorções funcionais e de remuneração porventura existentes;
- pesquisa sobre o mercado de trabalho para a identificação das melhores práticas de gestão de pessoas para que a Fundação tenha condições de atrair e manter pessoal qualificado e motivá-lo no sentido de um constante aprimoramento do seu desempenho funcional;
- pesquisa e emissão de pareceres sobre as matérias relativas todos os projetos;
- capacitação dos servidores da FESF para a implementação das novas políticas de gestão de pessoas.

Valorização dos servidores por meio da reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

A revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos servidores, bem como subsidiar o recrutamento de novos com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos.

O IBAM elaborou Projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho para as Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra/SP, de Santa Isabel/SP, de Caraguatatuba/SP, de Sapucaia/RJ, de Campo Belo do Sul/SC, de Arroio Trinta/SC e de Parauapebas/PA, além



das Câmaras Municipais de Guaxupé/MG, de Catu/BA e de Videira/SC, também tiveram o assessoramento do IBAM o Instituto de Previdência de Itabira/MG (ITABIRAPREV), bem como o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Barra Mansa/RJ e do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Uberlândia/MG.

Em andamento estão os das Prefeituras Municipais de Guaçuí/ES, de Taquaritinga/SP, de Paracatu/MG, de Unaí/MG e de Três Rios/RJ, assim como da Companhia de Saneamento Ambiental (SAAE) de Atibaia/SP.

Impacto Financeiro de Novos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos

Em 2014 o IBAM deu início ao assessoramento técnico, às Prefeituras Municipais de Santa Isabel/SP e de Taquaritinga/SP, na elaboração do Projeto de Cálculo do Impacto Financeiro do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos com objetivo de elaborar diante da análise das informações da atual folha de pagamento e das novas políticas de gestão de pessoas traçadas para os servidores efetivos pelo novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, o cálculo do impacto financeiro das novas tabelas de vencimentos no momento da implantação do Plano, bem como detalhar e registrar os critérios de análise utilizados para obtenção dos resultados deste estudo.

Ao término do Projeto será elaborado um Relatório contendo os resultados dos cálculos de impacto financeiro do novo de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos das Prefeituras Municipais de Santa Isabel/SP e de Taquaritinga/SP nos 04 (quatro) anos seguintes à sua elaboração.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério

A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2014, as Prefeituras Municipais de Unai/MG, de Arroio Trinta/SC e de Campo Belo do Sul/SC tiveram a assessoria técnica do Instituto na revisão do seu Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho.



O IBAM, também, está elaborando o Projeto de Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério para as Prefeituras Municipais de Paracatu/MG, de Sapucaia/RJ e de Guaçuí/ES.

Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno

As Câmaras Municipais de Anita Garibaldi e de Videira, ambas no Estado de Santa Catarina/SC, foram assessoradas pelo IBAM na elaboração dos Projetos de Revisão e Atualização de Lei Orgânica Municipal e de Revisão e Atualização do Regimento Interno Cameral com o objetivo de apontar as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades existentes e, conforme distorções apresentadas, propor novos textos contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Em 2014 as Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra/SP, de Santa Isabel/SP, de Campo Belo do Sul/SC, de Arroio Trinta/SC, de Guaçuí/ES, de Guaxupé/MG, de Paracatu/MG e de Parauapebas/PA, tiveram a assessoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante.

Na mesma linha, está em andamento o Projeto de Revisão do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sapucaia/RJ.

Reestruturação Administrativa



Os trabalhos com foco na estrutura organizacional visaram adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Foram finalizados Projetos para as Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra/SP, Limeira/SP, de Santa Isabel/SP, de Taquaritinga/SP, de

Campo Belo/SC, de Arroio Trinta/SC, de Sapucaia/RJ, de Parauapebas, bem como para o Instituto de Previdência de Itabira/MG (ItabiraPrev).

Estão em andamento o Projeto de Reestruturação Administrativa da Companhia de Saneamento Ambiental (SAAE) de Atibaia/SP.

Reestruturação do Plano Estadual de Esporte

Em 2014 o IBAM concluiu o assessoramento técnico à Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Esporte na elaboração do Projeto de Reestruturação do Plano Estadual de Esporte de Santa Catarina/SC que teve como objetivo a definição dos públicos e eixos a serem investigados em cada linha de ação, bem como os resultados da pesquisa a dados existentes para cada região, além de elaborar de instrumento e metodologia de pesquisa para cada vertente definido no levantamento de dados pré-existentes, considerando que a soma dos mesmos fornecerá todos os dados necessários para o detalhamento da situação do Estudo do Plano Estadual de Esporte de Santa Catarina.

O Projeto identificou estratégias para a definição e a aplicação dos instrumentos de pesquisa, contemplando as instituições/organizações componentes do sistema nacional, estadual e municipal de esporte.

Reestruturação do Sistema Previdenciário

No ano de 2014 o IBAM concluiu o Projeto de Reestruturação do Sistema Previdenciário do Instituto de Previdência de Unaí/MG (UNAPREV). O Projeto teve como finalidade reestruturar o sistema próprio de previdência dos servidores municipais de Unaí/MG, através da adequação da legislação vigente às respectivas normas constitucionais e infraconstitucionais buscando maior eficácia organizacional.



Análise do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério de Taquaritinga

O IBAM em 2014 concluiu a análise do Projeto de Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Taquaritinga/SP.



O Projeto teve como objetivo analisar as políticas de gestão de pessoas estabelecidas no Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal para identificar pontos de melhoria e adequação à legislação vigente e às boas práticas da gestão de recursos humanos.



No término do Projeto foi elaborado um Relatório contendo a análise das políticas contidas no Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Diagnóstico Institucional

O IBAM, no ano de 2014, iniciou o Projeto de Diagnóstico Institucional da Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, especificamente sobre a situação da Prefeitura no que diz respeito à questão de pessoal.



O objetivo do estudo é oferecer alternativas para que o Município cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito aos gastos com pessoal. Segundo o Prefeito, “o gasto com pessoal é um problema grave, e nós precisamos dar visão técnica a esta solução, porque é necessário adequar o Município à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todos sabem que a única coisa que manda o artigo 169 é a demissão, mas a contratação do IBAM – que já começou o trabalho – significa termos luzes para podermos verificar as medidas necessárias que teremos que tomar para adequar o Município aos princípios da LRF com urgência.”

Concursos Públicos

Concursos são medidas salutares, de alta repercussão e que resultam em melhoria do funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo. A realização de concurso público para admissão de servidores integra o que se denomina desenvolvimento institucional do Município. Essa expressão aponta para uma conclusão significativa: promover melhorias, ou seja, aprimorar

sua organização. O Município, assim, ao realizar concurso público, está se preparando para melhor cumprir suas atribuições e retribuir à população pelos recursos que esta possibilitou aos cofres públicos.

O concurso público é obrigatório, por força de determinação constitucional, para todos aqueles que pretendem integrar o quadro permanente de entidade ou órgão público. É, ainda, instrumento de exercício da democracia porque concede oportunidade a todos que atendem às exigências do cargo, sem privilégio ou protecionismo de qualquer tipo, e meio de prestigiar a meritocracia, com transparência, uso de critérios técnicos, afastamento de influências políticas ou clientelísticas, contribuindo para que os quadros de servidores públicos sejam compostos por aqueles que detêm o conhecimento necessário à prática de suas atribuições.

Para o órgão governamental que o realiza, o custo dessa medida pode ser afastado mediante acerto em que as inscrições pagas cobrem as despesas da entidade organizadora, fazendo desnecessário o uso de recursos públicos.

Desde 1966 o IBAM atua no mercado de concurso público desenvolvendo provas para centenas de Municípios de todo o território nacional, abraçando as mais diversas áreas e temas.

Em 2014 foram realizados os seguintes concursos:

Contratante	Número de Cargos/ empregos	Número de inscritos
Prefeitura Municipal de Araraquara/SP	76	5.452
Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano de Ubatuba/SP (EMDURB)	8	425
Prefeitura Municipal de Bertioga/SP	22	2.276
PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos/SP	55	6.270
Prefeitura Municipal de Santos/SP	34	2.265
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP	39	9.490
Prefeitura Municipal de Mauá/SP	86	17.215
Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP	18	4.183
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP	17	20.430
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP	15	10.209
Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC	3	43
Águas de Joinville/SC (Companhia de Saneamento Básico)	22	3.562
Câmara Municipal de Ilhota/SC	4	43
Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR)/SC	5	152

Contratante	Número de Cargos/ empregos	Número de inscritos
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau/SC	29	720
Prefeitura Municipal de Indaial/SC	27	954
Prefeitura Municipal de Ibituba/SC	102	1.160
Prefeitura Municipal de Gaspar/SC	64	4.159
Prefeitura Municipal de Blumenau/SC	247	9.815
Fundo de Assistência do Município de Indaial/SC	2	109
Prefeitura Municipal de Braço do Norte/SC	42	354
Prefeitura Municipal de Guabiruba/SC	62	1.471
Câmara Municipal de Ibituba/SC	7	624
Prefeitura Municipal de Suzano/SP	8	8.442
Prefeitura Municipal de Ilhota/SC	50	1.413
Prefeitura Municipal de Pirai/RJ	1	412
Câmara Municipal de Matão/SP	6	1.620
Prefeitura Municipal de Salto/SP	55	3.467
Câmara Municipal de Campinas/SP	24	17.413
Prefeitura Municipal de Valença/RJ	10	9.824
Prefeitura Municipal de Pirai/RJ	4	7.324
Câmara Municipal de Vitória da Conquista/BA	12	9.420

O IBAM trabalha, sempre, em todos os seus campos de atuação, para que um número maior de atores sociais consiga se aproximar de recursos, de informações e, em síntese, do direito à cidadania; socializa, sem ônus, o seu produto mais refinado: o conhecimento que gera

Compromisso social

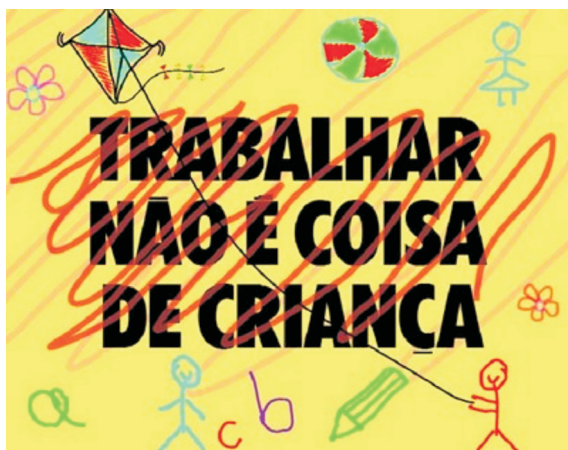
Entre as organizações de cunho social o IBAM é uma instituição singular em sua criação e trajetória. Existe há mais de 60 anos mantendo total fidelidade ao conjunto de valores nucleares que forma o seu ideário e que sempre orientou a sua conduta, atestando, dessa forma, o seu caráter exemplar.

Desde sua origem é um agente catalisador de mudanças sociais, atuação que está comprometida com a proposta de descentralização político-administrativa estabelecida em nossa Carta Magna e concebida como estratégia de democratização da sociedade e de construção de uma cidadania ativa no país. É um instituto de pesquisas, de estudos, de disseminação de informações e de cultura, além de ser uma instituição de ensino e de ação técnica. De que modo, então, o IBAM se relaciona com a sociedade em sentido lato, com as pessoas e os grupos que constituem os beneficiários das políticas de ação social?

Se esta resposta pudesse ser dada em uma palavra, ela seria “acesso”. O IBAM trabalha sempre, em todos os seus campos de atuação, para que um número maior de atores sociais consiga se aproximar de recursos, de informações e, em síntese, do direito à cidadania.

Esta prática tem sido materializada de forma diferenciada ao longo do tempo, mantendo, entretanto, uma característica básica: a presença constante nas discussões que promovam a democracia participativa e, conseqüentemente, a valorização da inclusão dos diferentes segmentos sociais. O IBAM, portanto, socializa sem ônus o seu produto mais refinado: o conhecimento que gera.

O Instituto se mantém como entidade de Filantropia da Assistência Social desde sua origem, bem como possui o título de Utilidade Pública Federal. É ainda membro permanente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania “Criança no lixo nunca mais”. Integra também, desde sua criação, o Comitê Nacional de Combate à Dengue do Ministério da Saúde; é membro do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado, sendo ainda membro-integrante do corpo de conselheiros no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM.



Além disto, atende a todas características essenciais das entidades e organizações de assistência social elencadas no artigo 1º da resolução 191 do CNAS. Presta assessoria de forma continuada,

permanente e planejada, por meio de serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo, por um lado, os movimentos sociais e atuando sobre a capacitação de lideranças e, por outro, socializando o seu conhecimento acumulado por meio de estudos, pesquisas e capacitações.

Os projetos de assessoramento desenvolvidos pelo IBAM em 2014 tiveram como objetivo contribuir para o aprimoramento da gestão pública em diversas áreas setoriais, em especial a política de assistência social atendendo aos dispositivos da NOB 2012 e da NOB RH SUAS 2006, criando melhores condições para que o município possa implementar políticas de enfrentamento à pobreza na perspectiva da democracia. Neste sentido, os resultados alcançados após a intervenção do IBAM junto à administração pública e outras entidades de direito público ou privado com atuação preponderante ou não na área de assistência social, reflete-se na qualificação das funções de planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, entre outros.



São exemplos de projetos desenvolvidos nesta linha de atuação:

- Assessoria à comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal da cidade do Rio de Janeiro na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Social;
- Assessoria à Comissão Responsável pela elaboração do Plano Decenal de Socioeducação do Município do Rio de Janeiro;
- Assessoria à Comissão Responsável pela elaboração do Plano Decenal de Socioeducação do Estado do Rio de Janeiro;
- Apoio à operacionalização de instrumentos institucionais visando à implementação, fiscalização e controle da política de Assistência Social no âmbito municipal e estadual do Rio de Janeiro;

- Assessoria visando ao aperfeiçoamento da implementação da Política de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, por meio do acompanhamento da evolução da Política Municipal de Assistência Social na Cidade.

Sistematização e disseminação e socioeducação de projetos inovadores de inclusão cidadã

As ações nesta linha direcionam-se para o conhecimento e divulgação de projetos que apresentem soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.

Neste sentido o IBAM desenvolveu um conjunto de estudos e análises sobre temas que estão na agenda do dia para a administração pública. A partir desses estudos são produzidas informações e análises que podem se apresentar como adequadas para a melhoria das condições de vida da população reduzindo as situações de vulnerabilidade e risco social existentes.

São exemplos de projetos de sistematização e disseminação de projetos inovadores estudos e pesquisas desenvolvidos e divulgados na cidade do Rio de Janeiro em 2014 voltados para:

- Modelo de realização da “Logística Reversa”, prevista na legislação de resíduos sólidos, que consiste na lógica de retorno e reciclagem do material produzido pela indústria envolvendo a participação ativa dos catadores de resíduos organizados ou não de forma associativa;
- Pesquisa realizada nas 26 capitais brasileiras e Distrito Federal sobre os programas e serviços de atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (meio aberto). Os conhecimentos adquiridos por meio de tais estudos são socializados junto aos diferentes atores da política pública, em especial de assistência social.



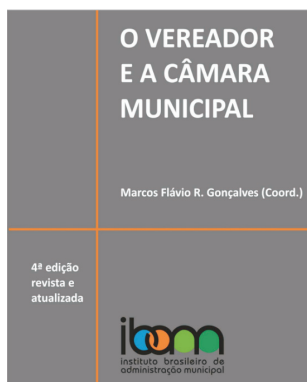
Produção e socialização de estudos e pesquisas

As ações desenvolvidas nesta linha são voltadas para gestores, trabalhadores e entidades com o objetivo de: a) ampliar o conhecimento público sobre a política de assistência social; b) incorporar o conhecimento produzido pela sociedade sobre a defesa dos direitos de cidadania, na perspectiva da intersetorialidade, como referência na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social; c) subsidiar a formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.

São exemplos de ações:

- Disponibilização em meio virtual de estudos e publicações sem qualquer custo:

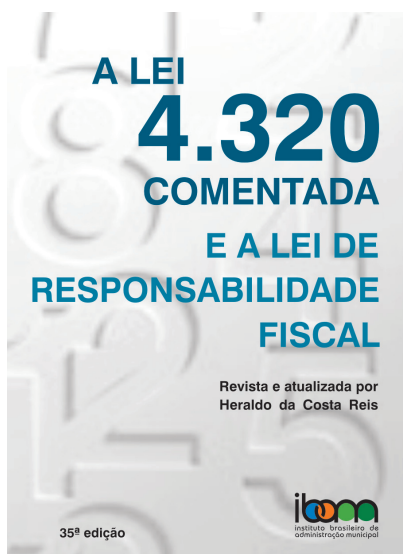
Revista de Administração Municipal com temas atuais que estão na agenda de trabalho dos gestores e técnicos de governo;



O Vereador e a Câmara Municipal (4ª edição), revisto e atualizado, sob a coordenação de Marcos Flávio R. Gonçalves. Redigido em linguagem clara e objetiva, sem desviar-se dos preceitos legais e doutrinários, o livro responde a indagações comuns entre aqueles que, por qualquer razão, têm algum tipo de contato com as atividades do Poder Legislativo. A iniciativa foi respaldada no elevado número de pessoas que procuraram o IBAM interessadas no acesso a essa publicação, dirigida principalmente a Vereadores, agentes do Poder Legislativo e do Executivo, estudiosos da matéria e interessados nos temas ali tratados.

Transferindo melhores práticas: *Pagamentos por serviços ambientais para conservação das águas*. Estudo de caso que narra uma prática originária do Município de Extrema, em Minas Gerais, de grande valor ambiental e alta replicabilidade, no âmbito do Fórum Ibero-Americano e do Caribe para as Melhores Práticas, que tem apoiado os objetivos da Agenda Habitat, premiando e divulgando práticas exitosas desenvolvidas na América Latina e no Caribe, expandindo a informação e promovendo o acesso das comunidades urbanas a boas práticas.

Guias Técnicos *Elaboração e Atualização do Código de Obras e Edificações e Planejamento e Controle Ambiental-Urbano e a Eficiência Energética*, em parceria com a ELETROBRAS PROCEL, com o objetivo de oferecer a gestores e técnicos municipais, assim como ao público em geral, conceitos, instrumentos e recomendações para a prática do planejamento urbano local e legislação edilícia, indicando relações com as premissas do conforto ambiental e de eficiência energética na gestão das cidades e nas edificações.



A publicação *A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal*, que versa sobre direito financeiro, tema que afeta o dia a dia das administrações públicas no que refere ao ingresso e à saída de recursos, chegou a sua 35ª edição este ano.

Membro do corpo técnico do IBAM há mais de 40 anos, Heraldo da Costa Reis, coautor do livro e responsável por suas atualizações, incorporou nesta edição comentários às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – as NBCASP –estruturadas, em consonância com a Lei 4.320/64, com o sentido de corrigir distorções e de melhorar a qualidade das informações, não apenas para a Administração, mas para o cidadão, a quem cabe, em última análise, o julgamento das ações dos gestores governamentais.

Coletânea - *Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento Local:*

- 1 – A cooperação entre os setores público, privado e o terceiro setor nos municípios – um balanço das ações do Programa Alianças Público-Privadas
- 2 – Marco Legal das Alianças Público-Privadas
- 3 – Guia de Procedimentos para a constituição de uma Aliança Público-Privada
- 4 – Coleta Seletiva Inclusiva no Contexto das Alianças Público-Privadas
- 5 – Estudo de caso de Ilhéus (BA) – múltiplas parcerias para a inclusão produtiva
- 6 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Região de Fronteira
- 7 – Estudo de caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) – um aterro binacional
- 8 – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo Programático – uma oportunidade para as Alianças Público-Privadas
- 9 – Desenvolvimento Local Sustentável – distintas oportunidades de Alianças Público-Privadas
- 10 – Estudo de caso de Japaratinga (AL) – turismo e agricultura familiar
- 11 – Estudo de caso de Ponta Porã (MS) – Convention & Visitors Bureau

- Participação na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos “Por um Rio de Direitos”, promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). O encontro teve como objetivo definir propostas concretas que fortaleçam a consciência social sobre os direitos humanos para todos que vivem na cidade do Rio de Janeiro, aprovar o Plano Municipal de Direitos Humanos e instituir o Conselho Municipal de Direitos Humanos. Os eixos que norteiam o Plano Municipal



– I n t e r a ç ã o Democrática entre Estado e Sociedade Civil, o Combate à Violência e Acesso à Justiça, a Universalização dos Direitos, a Educação e Cultura

em Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Direito à Memória e à Verdade – foram debatidos nas pré-conferências realizadas ao longo do ano, garantindo aos presentes a participação como delegados;

- Participação do Seminário “SINASE – Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE”, realizado na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (órgão que promoveu o evento), com o objetivo de apresentar as principais diretrizes do Plano Decenal, instrumento previsto na Lei 12.594 que instituiu o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Participação do lançamento do 1º Plano Municipal de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, instrumento que servirá como marco referencial na construção de políticas públicas para a capital fluminense. Seis eixos orientam o Plano Municipal de Direitos Humanos: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento sustentável e direitos humanos; universalizar direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública; acesso à Justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; e direito à memória e à verdade.

Balço Patrimonial e Demonstraço do Resultado



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	ATIVO		PASSIVO	
	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE	14.771.013,84	15.416.969,22	4.475.304,60	5.311.925,18
DISPONIBILIDADES	930.142,92	448.722,68	119.263,97	122.122,35
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	1.298.830,72	1.165.596,49	243.691,38	212.014,61
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.347.647,81	3.764.692,83	91.388,49	64.827,66
CONTAS A RECEBER	6.753.438,21	8.837.116,70	120.336,00	115.314,51
Convênios e Contratos	6.798.157,71	5.212.384,14	13.036,45	15.490,46
Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.719,50)	(44.719,50)	1.417.671,32	2.163.565,81
Contas a Receber - Outras	14.179,05	15.650,00	550.036,02	1.801.057,04
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	92.111,30	26.880,72	1.919.880,97	817.532,74
DESPESAS ANTECIPADAS	45.043,65	33.512,74		
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	1.289.620,18	1.124.797,06		
NÃO CIRCULANTE	6.620.313,64	6.940.797,63	-	550.036,02
INVESTIMENTOS	-	107.610,43		550.036,02
IMOBILIZADO	6.620.313,64	6.833.187,20		
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.559.639,08	6.559.639,08		
Móveis, Veículos e outras imobilizações	960.349,57	960.349,57		
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(899.675,01)	(686.801,45)		
TOTAL DO ATIVO	21.391.327,48	22.357.766,85	21.391.327,48	22.357.766,85
COMPENSAÇÃO	33.419.205,39	35.100.544,98	33.419.205,39	35.100.544,98
CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	-	743.683,53	-	743.683,53
SEGUROS	7.090.000,00	7.580.480,00	7.090.000,00	7.580.480,00
CONSIGNAÇÕES	7.777,40	15.498,19	7.777,40	15.498,19
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2.616.207,05	2.028.018,18	2.616.207,05	2.028.018,18
PROJETOS EM EXECUÇÃO	23.705.220,94	24.732.865,08	23.705.220,94	24.732.865,08
TOTAL GERAL	54.810.532,87	57.458.311,83	54.810.532,87	57.458.311,83

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador

CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97


Paulo Timm
Superintendente Geral

RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	dez/14	dez/13
RECEITAS OPERACIONAIS	38.839.298,82	28.395.773,40
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	38.839.298,82	28.395.773,40
Contratos e Outros	34.248.577,46	27.552.820,07
Convênios	4.394.837,27	514.164,33
Cursos e Seminários	195.884,09	328.789,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	655.738,75	1.066.231,53
LIVRARIA	16.576,50	33.619,29
FINANCEIRA	566.236,03	18.965,81
OUTRAS RECEITAS	72.926,22	1.013.646,43
TOTAL RECEITA	39.495.037,57	29.462.004,93
CUSTOS DOS PROJETOS	33.117.618,82	23.636.574,05
PROJETOS FILANTRÓPICOS	7.966.363,47	5.930.914,51
OUTROS PROJETOS	25.151.255,35	17.705.659,54
DESPESAS OPERACIONAIS	5.957.201,52	4.859.927,33
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.957.201,52	4.859.927,33
Pessoal	1.362.757,45	1.232.679,97
Encargos Sociais e Trabalhistas	1.210.954,19	1.004.357,44
Serviços de Terceiros	1.170.142,35	605.351,05
Viagens Institucionais	96.391,22	95.227,54
Manutenção e Conservação	340.174,16	109.620,66
Despesas Gerais	876.031,66	756.741,64
Financeiras	687.876,93	1.026.117,80
Depreciação do Imobilizado	212.873,56	29.831,23
TOTAL DESPESA	39.074.820,34	28.496.501,38
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	420.217,23	965.503,55


Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97


Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

